

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SOCIEDADE, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE
UNIVERSIDADE EVANGÉLICA DE GOIÁS**

**POTENCIAIS E DESAFIOS PARA A SUSTENTABILIDADE NO CAMINHO DE
CORA CORALINA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA**

RAFAEL HENRIQUE MARTINS

**ANÁPOLIS, GO
2026**

RAFAEL HENRIQUE MARTINS

**POTENCIAIS E DESAFIOS PARA A SUSTENTABILIDADE NO CAMINHO DE
CORA CORALINA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente (PPGSTMA) da Universidade Evangélica de Goiás – UniEVANGÉLICA – Anápolis – GO, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ciências Ambientais.

Linha de Pesquisa 2: Desenvolvimento e Territorialidade.

Orientador: Professor Dr. Iransé Oliveira Silva.

ANÁPOLIS, GO

2026

M386

Martins, Rafael Henrique.

Potenciais e desafios para a sustentabilidade no caminho de Cora Coralina:
uma revisão integrativa / Rafael Henrique Martins - Anápolis:
Universidade Evangélica de Goiás - UniEvangélica, 2026.

62p.; il.

Orientador: Prof. Dr. Iransé Oliveira Silva.

Dissertação (mestrado) – Programa de pós-graduação em Sociedade,
Tecnologia e Meio Ambiente – Universidade Evangélica de Goiás -
UniEvangélica, 2026.

1. Sustentabilidade	2. Ecoturismo	3. Desenvolvimento local
4. Gestão territorial		5. Trilhas de longo curso
I. Oliveira-Silva, Iransé		II. Título

CDU 504



FOLHA DE APROVAÇÃO

POTENCIAIS E DESAFIOS PARA A SUSTENTABILIDADE NO CAMINHO DE CORA CORALINA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Rafael Henrique Martins


Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente/ PPG STMA da Universidade Evangélica de Goiás/ UniEVANGÉLICA como requisito parcial à obtenção do grau de **MESTRE**

fevereiro de 2026.


Aprovado (a) em 24 de

Linha de pesquisa: Desenvolvimento e Territorialidade


Banca examinadora

Documento assinado digitalmente
 **IRANSE OLIVEIRA SILVA**
Data: 24/02/2026 18:15:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Iransé Oliveira Silva
Presidente/Orientador (UniEVANGÉLICA)

Documento assinado digitalmente
 **EUMAR EVANGELISTA DE MENEZES JUNIOR**
Data: 25/02/2026 08:16:07-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Eumar Evangelista de Menezes Junior
Examinador Interno (UniEVANGÉLICA)

Documento assinado digitalmente
 **LILIANE CRISTINE SCHLEMER ALCANTARA**
Data: 25/02/2026 08:33:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Liliane Cristine Schlemer Alcântara
Examinador Externo (UNEMAT)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho, fruto de intensa dedicação e esforço, a três pilares fundamentais em minha vida:

À Deus, pela providência e força espiritual que me guiaram e sustentaram durante toda a trajetória acadêmica.

À minha esposa, Gabryela Martins, pelo amor, apoio incondicional e pela compreensão essencial diante das exigências deste mestrado.

À memória de minha saudosa avó, Francisca Pereira, cujos valores e ensinamentos de vida permanecem como um legado indelével em minha formação.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é a realização de um sonho, e ele só foi possível graças a pessoas incríveis que estiveram ao meu lado.

Primeiro, meu muito obrigado a Deus, por me dar a força e a sabedoria para chegar até aqui.

À minha Mãe Maria Aparecida Martins dos Anjos, por todo o amor, por me apoiarem em cada passo e por serem meu porto seguro.

À minha esposa, Gabryela Martins, por ser minha parceira de vida, por aguentar minhas ausências e por me incentivar todos os dias. Você é a razão de tudo.

Aos meus Avós, por me ensinarem o valor do caráter e da honestidade. O que sou hoje devo muito a vocês.

Ao meu padrinho, Padre Cleyton Gracia, pelas orações e pela acolhida que me deram força e paz.

À minha madrinha, Cristina Aurélia, que foi minha professora e orientadora particular em momentos de penumbra, e cujo apoio foi fundamental para que eu não desistisse.

Ao meu Orientador, Professor Dr. Irsané Oliveira, pela paciência, por me ensinar tanto e por acreditar em mim e neste projeto.

Um agradecimento especial aos meus amigos e eternos professores, Dr. Eumar Evangelista e Dr. Herbert Lopes. Meu muito obrigado por todo o ensinamento na graduação de Direito e pela acolhida e apoio na Pós-Graduação. Vocês são inspiração.

Aos Professores do Mestrado, por compartilharem seus conhecimentos e por tornarem essa jornada de aprendizado tão rica.

Aos Amigos, por me darem força, por me distraírem nos momentos de estresse e por fazerem parte da minha vida.

RESUMO

O Caminho de Cora Coralina (CCC) constitui um patrimônio cultural e territorial de Goiás, configurando-se como espaço relevante para o ecoturismo e para o desenvolvimento local. Deste modo, a consolidação de práticas de sustentabilidade territorial ao longo do percurso ainda é tensionada por fragilidades de gestão e por desafios relacionados às interações entre conservação ambiental, usos do território, propriedade privada e turismo em trilhas de longo curso. Nesse contexto, o presente estudo é orientado pelo seguinte problema de pesquisa: quais abordagens de sustentabilidade territorial são identificados na literatura sobre o Caminho de Cora Coralina, e como esses elementos dialogam com os princípios do ecoturismo e do desenvolvimento local sustentável nas trilhas de longo curso brasileiras? Assim, esta dissertação tem como objetivo geral analisar a literatura sobre a sustentabilidade territorial na trilha Caminho de Cora Coralina, identificando seus potenciais e desafios no âmbito do ecoturismo e do desenvolvimento local. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo revisão bibliográfica integrativa, com recorte temporal de 2010 a 2025, baseada em buscas em bases acadêmicas e em documentos institucionais e literatura cinzenta qualificada, seguida de triagem e síntese temática dos achados. Os principais achados indicam que o CCC pode consolidar-se como modelo de ecoturismo territorial sustentável no Brasil, desde que haja fortalecimento da governança compartilhada, valorização das comunidades locais e respeito simultâneo à conservação ambiental e aos direitos de propriedade.

Palavras-chave: sustentabilidade; ecoturismo; desenvolvimento local; gestão territorial; trilhas de longo curso.

ABSTRACT

The Caminho de Cora Coralina (CCC) constitutes a cultural and territorial heritage of Goiás, standing out as a relevant setting for ecotourism and local development. However, the consolidation of territorial sustainability practices along the route is still challenged by management shortcomings and by issues arising from the interactions among environmental conservation, land use, private property, and long-distance trail tourism. In this context, this study is guided by the following research problem: which approaches to territorial sustainability are identified in the literature on the Caminho de Cora Coralina, and how do these elements relate to the principles of ecotourism and sustainable local development in Brazilian long-distance trails? Thus, the overall objective of this dissertation is to analyze the literature on territorial sustainability along the Caminho de Cora Coralina trail, identifying its potentials and challenges within the scope of ecotourism and local development. Methodologically, this is a qualitative study based on an integrative literature review, covering the period from 2010 to 2025, grounded on searches in academic databases as well as institutional documents and qualified grey literature, followed by screening and thematic synthesis of the findings. The main findings indicate that the CCC may consolidate itself as a model of sustainable territorial ecotourism in Brazil, provided that shared governance is strengthened, local communities are valued, and environmental conservation is reconciled with property rights.

Keywords: sustainability; ecotourism; local development; territorial management; long-distance trails.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AACF	Associação dos Amigos do Caminho da Fé
ACCC	Associação Caminho de Cora Coralina
APA	Área de Proteção Ambiental
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCC	Caminho de Cora Coralina
CF	Caminho da Fé
CIMVI	Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí
CVE	Circuito Vale Europeu
DeCS	Descritores em Ciências da Saúde
GO	Goiás
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
km	quilômetro(s)
MeSH	Medical Subject Headings
MG	Minas Gerais
MTur	Ministério do Turismo
PPGEO	Programa de Pós-Graduação em Geografia
SciELO	Scientific Electronic Library Online
SANTUR	Agência de Desenvolvimento do Turismo de Santa Catarina

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Estratégia de busca para revisão bibliográfica	16
Tabela 2 – Características gerais das publicações selecionadas	18
Tabela 3 – Fontes institucionais e literatura cinzenta consultadas sobre o Caminho de Cora Coralina e trilhas de longo curso correlatas.....	23
Tabela 4 – Distâncias e níveis de dificuldade dos trechos do Caminho de Cora Coralina.....	31
Tabela 5 – Caracterização comparativa das trilhas de longo curso analisadas	40

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 COMPREENDENDO OS CAMINHOS DA PESQUISA.....	13
2.1 Procedimentos de coleta de dados.....	13
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	17
3.1 Reconstituição histórica e institucional do Caminho de Cora Coralina.....	25
3.1.1 Cora Coralina	33
3.2 Trilhas de longo curso no Brasil: fundamentos conceituais e comparação entre rotas.....	34
3.2.1 Definições conceituais e operacionais.....	35
3.2.2 3.2.2 Entre a poesia (CCC), a fé (CF) e a memória (CVE): uma análise comparativa das trilhas.....	37
3.3 Entraves estruturais e governança compartilhada na sustentabilidade de trilhas de longo curso no Brasil.....	42
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	54

1 INTRODUÇÃO

O ecoturismo, em trilhas de longo curso, tem se consolidado como uma ferramenta estratégica para o desenvolvimento regional sustentável, ao articular conservação ambiental, valorização cultural e geração de renda para as comunidades locais. Segundo Beni (2019), o turismo de natureza representa um vetor relevante para a dinamização econômica e cultural em territórios que conjugam patrimônio natural e histórico, ao mesmo tempo em que impõe desafios de gestão ambiental e social. No Brasil, destacam-se experiências como o Caminho de Cora Coralina em Goiás, porém, existem muitas outras trilhas a exemplo o Caminho da Fé, o Circuito Vale Europeu, dentre outros, que conforme Mendonça (2021), expressam distintos arranjos de governança territorial e de interação entre turismo, meio ambiente e sociedade.

O presente estudo, tem seu enfoque no Caminho de Cora Coralina (CCC), inaugurado em 2018 no estado de Goiás, desponta como um dos exemplos mais expressivos dessa modalidade. Com aproximadamente 300 quilômetros de extensão, a trilha conecta Corumbá de Goiás à Cidade de Goiás, atravessando ecossistemas característicos do Cerrado, unidades de conservação, áreas urbanas e propriedades privadas (Rodrigues, 2020).

Mais do que um itinerário de contemplação da natureza, constitui um percurso de memória cultural que homenageia a poetisa Cora Coralina, cuja obra literária traduz a simplicidade da vida cotidiana e a profunda relação entre o ser humano e o território (Lima, 2018). Nesse sentido, a trilha configura-se como um espaço simbólico que integra experiência estética, valorização identitária e potencial de dinamização econômica regional (Souza, 2023).

Esta dissertação vincula-se à Linha de Pesquisa 2, Desenvolvimento e Territorialidade, ao compreender o Caminho de Cora Coralina como expressão das relações entre sociedade e natureza na produção do território, articulando ecoturismo, usos do espaço e sustentabilidade territorial em um percurso que atravessa áreas rurais e urbanas do Cerrado goiano.

Ao analisar a literatura sobre potenciais e desafios de sustentabilidade na trilha, o estudo dialoga com os objetivos da linha ao discutir, no plano teórico e documental, como práticas de ordenamento do uso público, arranjos de governança e tensões associadas a diferentes formas de ocupação e propriedade interferem na

preservação ambiental e na dinâmica territorial. Além disso, ao considerar dimensões culturais e identitárias vinculadas ao patrimônio e às relações comunitárias mobilizadas pelo percurso, a pesquisa contribui para compreender como se expressam territorialidades e sentidos de pertencimento nas interações humanas com o ambiente e seus recursos.

Nesse enquadramento, o trabalho se alinha aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ODS 11, ao abordar a valorização do patrimônio cultural e a sustentabilidade das comunidades vinculadas ao território do percurso, e ODS 12, ao relacionar sustentabilidade a padrões responsáveis de uso do território, organização da visitação e práticas associadas ao manejo de resíduos e aos impactos do turismo em áreas naturais (ONU, 2015).

Não obstante, ao mesmo tempo em que evidencia oportunidades de fortalecimento das economias locais, de promoção da consciência ambiental e de valorização cultural, o CCC suscita desafios significativos para a consolidação de práticas sustentáveis. A presença de trechos em propriedades privadas levanta questões sobre o direito de passagem e a restrição de acesso, o que, conforme Mendonça (2021), constitui um dos principais entraves à expansão das trilhas de longo curso no Brasil. Além disso, a exploração econômica associada à trilha, embora estimule o desenvolvimento local, pode acarretar desigualdade na distribuição de benefícios e tensões entre comunidades, poder público e iniciativa privada (Rodrigues, 2020).

Diante desse quadro, emerge o problema de pesquisa que norteia este estudo: quais abordagens de sustentabilidade territorial são identificados na literatura sobre o Caminho de Cora Coralina, e como esses elementos dialogam com os princípios do ecoturismo e do desenvolvimento local sustentável nas trilhas de longo curso brasileiras?

Esta dissertação tem como objetivo geral analisar a literatura sobre a sustentabilidade no território na trilha: Caminho de Cora Coralina, identificando seus potenciais e desafios no âmbito do ecoturismo e do desenvolvimento local.

Para alcançar tal finalidade, estabelecem-se os seguintes objetivos específicos: (i) reconstituir o processo histórico de criação e institucionalização do Caminho de Cora Coralina, situando-o no contexto das políticas de turismo sustentável em Goiás; (ii) analisar comparativamente as trilhas Caminho de Cora Coralina, Caminho da Fé e Circuito Vale Europeu, quanto às dimensões geográficas, culturais e simbólicas; e (iii) identificar, na literatura científica e nos documentos

técnicos, os principais desafios e estratégias de sustentabilidade nas dimensões ambiental e territorial.

A relevância deste estudo fundamenta-se em múltiplas dimensões. No plano acadêmico, contribui para preencher lacunas da literatura sobre sustentabilidade e gestão de trilhas de longo curso, tema ainda pouco explorado no contexto brasileiro (Mendonça, 2021; Rodrigues, 2020). No plano social, justifica-se pela necessidade de compreender como a literatura tem abordado a conciliação entre equidade social, valorização cultural e preservação ambiental, fortalecendo a autonomia e a participação das comunidades locais (Oliveira; Silva, 2019). No plano científico e institucional, a revisão oferece subsídios teóricos para futuras pesquisas e para o aprimoramento de políticas públicas voltadas ao ecoturismo sustentável.

A inovação central deste trabalho reside na combinação rigorosa de uma revisão integrativa sobre o CCC, ancorada em fontes acadêmicas e literatura cinzenta qualificada, com uma análise comparativa sistemática de duas rotas paradigmáticas brasileiras Caminho da Fé e Circuito Vale Europeu para construir uma matriz analítico propositiva que articula três eixos indissociáveis governança colaborativa, sustentabilidade territorial e educação patrimonial. Ao unificar evidências dispersas no período 2010/2025, o estudo supera leituras setoriais do ecoturismo e propõe um enquadramento interdisciplinar específico para o Cerrado goiano que integra conservação territorial através de trilhas de longo curso.

A originalidade manifesta-se ainda na operacionalização do conceito de trilha como território educativo, na sistematização inédita de indicadores e achados por eixos temáticos sustentados por tabelas comparativas e na formulação de diretrizes aplicáveis à gestão do CCC, com foco em monitoramento, capacitação comunitária, padronização de sinalização, apoio a empreendimentos de base local e mecanismos de corresponsabilidade socioambiental.

2 COMPREENDENDO OS CAMINHOS DA PESQUISA

O presente estudo caracteriza-se como pesquisa de abordagem qualitativa, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica integrativa. A adoção desse delineamento decorre do problema de pesquisa, que busca identificar, na literatura, abordagens de sustentabilidade territorial associados ao CCC e sua relação com os princípios do ecoturismo e do desenvolvimento local sustentável.

O foco do estudo recai sobre o Caminho de Cora Coralina (Goiás), trilha de longo curso localizada no estado de Goiás. Conforme Freitas, Santos, Passos (2022, p. 6), “As trilhas de longo curso são caminhos em meio a natureza que podem ser percorridos através de meios não motorizados, como caminhada e ciclismo”. De forma subsidiária, estabelece-se um diálogo comparativo com outras trilhas brasileiras, o Caminho da Fé (São Paulo e Minas Gerais) e o Circuito Vale Europeu (Santa Catarina), com o objetivo de contextualizar diferentes experiências de sustentabilidade e gestão territorial discutidas na literatura.

O recorte temporal adotado compreende o período de 2010 até 2025, buscando abarcar publicações relacionadas à concepção e estruturação do Caminho de Cora Coralina, bem como estudos e documentos mais recentes que discutem sua consolidação e os desafios associados à sustentabilidade territorial no contexto do ecoturismo.

2.1 Procedimentos de coleta de dados

Como a presente pesquisa baseia-se em revisão bibliográfica integrativa, a coleta consistiu na identificação, seleção e sistematização de publicações acadêmicas e documentos institucionais pertinentes ao Caminho de Cora Coralina (CCC), com ênfase nas dimensões de sustentabilidade territorial, aspectos culturais, aspectos ambientais e desenvolvimento regional, no contexto do ecoturismo e do desenvolvimento local sustentável em Goiás. De forma subsidiária, foram considerados estudos sobre o Caminho da Fé (CF) e o Circuito Vale Europeu (CVE), com finalidade comparativa, a fim de contextualizar experiências de trilhas de longo curso discutidas na literatura.

A busca ocorreu em duas frentes complementares:

(a) Bases acadêmicas indexadas: foram consultadas as bases Google Acadêmico¹, Portal de Periódicos da CAPES² e SciELO³ (para ampliar achados metodológicos sobre turismo/ambiente e governança), priorizando artigos, dissertações e teses.

(b) Fontes institucionais e literatura cinzenta: A pesquisa também abrangeu documentos técnicos e institucionais provenientes de órgãos públicos e entidades com atuação direta no campo do turismo e da conservação ambiental. Foram consultadas fontes como a Secretaria de Turismo de Goiás (Goiás Turismo), o Ministério do Turismo (MTur), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e a Rede Brasileira de Trilhas, além das associações gestoras das trilhas analisadas, Associação Caminho de Cora Coralina (ACCC), Associação dos Amigos do Caminho da Fé e Associações do Circuito Vale Europeu (CVE).

De acordo com a definição clássica do *Luxembourg Convention on Grey Literature* (1997): “Literatura cinzenta é toda a informação produzida em todos os níveis governamental, acadêmico, empresarial e industrial, em formatos impressos ou eletrônicos, que não é controlada por editores comerciais.” Ou seja, é cinzenta porque está entre o “branco” (a literatura formal e publicada, como artigos e livros) e o “preto” (informações não publicadas ou de circulação restrita, como dados internos). Ela ocupa o “meio-termo”: é pública e verificável, mas não formalmente publicada (Greynet International, 2025).

Esses acervos disponibilizam inventários turísticos, relatórios técnicos, planos de manejo, guias metodológicos e estatísticas oficiais, fornecendo dados sobre infraestrutura, governança, fluxos de visitantes, conservação ambiental e desenvolvimento regional. Entre os materiais de destaque incluem-se o Inventário Turístico do Caminho de Cora Coralina (Goiás Turismo, 2019), que sistematiza informações históricas, culturais e ambientais da trilha, e a reportagem científica “O Caminho de Cora Coralina” (Passos, 2024), derivada de tese de doutorado, que discute o protagonismo feminino e as práticas de hospitalidade nos povoados goianos.

A coleta de dados desta pesquisa foi guiada por um protocolo que combinou

¹ Link de acesso à base de dados: <https://scholar.google.com.br/>

² Link de acesso à base de dados: <https://www.periodicos.capes.gov.br/>

³ Link de acesso à base de dados: <https://www.scielo.br/>

o uso de vocabulário controlado (DeCS/MeSH) e palavras-chave livres em português e inglês, de acordo com o recorte temático definido.

A estratégia de busca foi estruturada a partir de combinações com operadores booleanos (AND/OR) e variações terminológicas em português e inglês, organizadas em dois níveis complementares: (i) buscas nominativas, centradas nos nomes das trilhas (Caminho de Cora Coralina, Caminho da Fé e Circuito Vale Europeu), e (ii) buscas ampliadas, com sinônimos e expressões correlatas (trilha, caminho, rota, ecoturismo, turismo de natureza, turismo cultural, cicloturismo), além de âncoras territoriais e culturais associadas ao objeto (por exemplo, Cora Coralina e municípios do percurso). As palavras-chave foram selecionadas de acordo com os eixos analíticos do estudo, com ênfase em sustentabilidade territorial, ecoturismo, trilhas de longo curso, Cerrado, aspectos culturais, aspectos ambientais e desenvolvimento regional. Foram aceitos textos publicados entre 2010 e 2025, em português, inglês e espanhol, abrangendo artigos científicos, dissertações e teses, bem como documentos institucionais e literatura cinzenta qualificada.

Os critérios de inclusão contemplaram: (i) aderência ao tema e ao objeto, com abordagem direta do Caminho de Cora Coralina ou contribuição conceitual pertinente às categorias analíticas empregadas; (ii) pertinência às dimensões de sustentabilidade territorial no contexto de trilhas de longo curso, incluindo aspectos ambientais, culturais, sociais e de governança discutidos na literatura; (iii) disponibilidade integral do texto, com autoria e data identificadas; (iv) autenticidade e rastreabilidade de documentos institucionais, com informações verificáveis; e (v) enquadramento no recorte temporal de 2010 a 2025. Para fins comparativos, foram considerados estudos sobre o Caminho da Fé e o Circuito Vale Europeu apenas quando apresentavam informações análogas ou complementares às categorias centrais aplicadas ao CCC.

Foram excluídos materiais que, embora utilizassem termos semelhantes, não se relacionassem ao objeto e aos eixos analíticos definidos; publicações fora do recorte temporal; textos de caráter estritamente promocional sem base informacional verificável; materiais indisponíveis na íntegra, sem autoria ou data; versões duplicadas (mantendo-se a mais completa ou recente); e publicações opinativas sem dados verificáveis.

A Tabela 1 apresenta as expressões de busca utilizadas e os resultados obtidos nas bases consultadas, organizados por eixo temático. A triagem inicial

identificou 450 trabalhos, posteriormente filtrados conforme os critérios definidos:

Tabela 1 - Estratégia de busca para revisão bibliográfica

Eixo temático	Expressões de busca (exemplos)	Google Acadêmico	SciELO	Portal CAPES
CCC (busca nominativa)	"Caminho de Cora Coralina"	89	1	14
CCC (busca ampliada por âncora cultural)	"Caminho de Cora Coralina" AND (turismo OR ecoturismo OR "turismo cultural")	68	0	1
Trilhas de longo curso (conceitual em português)	"trilha de longo curso" AND "rota turística"	14	0	0
Trilhas de longo curso (conceitual em inglês)	("long-distance trail" OR "long distance trails") AND (ecotourism OR "nature tourism") AND Brazil	52	0	2
Sustentabilidade territorial e CCC	"sustentabilidade territorial" AND turismo AND "Caminho de cora coralina"	0	0	0
Caminho da Fé (busca ampliada)	"Caminho da Fé" AND trilha de longo curso OR turismo OR sustentabilidade	164	0	0
Circuito Vale Europeu (busca ampliada)	("circuito Vale Europeu" AND cicloturismo) OR ("Vale Europeu" AND "turismo rural") OR ("Vale Europeu" AND turismo)	44	0	1
TOTAL		450 achados gerais		

Fonte: Elaboração própria (2025).

A primeira triagem identificou 450 resultados brutos, a partir das expressões de busca (palavras-chaves pesquisadas nas três bases de dados) indicadas na Tabela 1. Em seguida, procedeu-se à segunda triagem, realizando a leitura dos títulos e resumos, considerando a aderência ao objeto de estudo e a presença de referência direta às trilhas investigadas (Caminho de Cora Coralina -como principal trilha pesquisada- e, Caminho da Fé e Circuito Vale Europeu), excluindo-se resultados que, embora contivessem palavras-chave relacionadas ao tema, não tratavam dessas rotas ou não se vinculavam às categorias analíticas definidas ou trabalhos duplicados nas plataformas, na qual foram pré-selecionados (nessa segunda triagem) 191 trabalhos.

Na terceira triagem, realizou-se nova leitura de títulos e resumos dos 191 trabalhos pré-selecionados na segunda triagem, aplicando-se desta vez, o recorte temporal de 2010 a 2025 e os critérios de inclusão e exclusão estabelecidos. Ao final desse processo, foram selecionadas 14 publicações científicas e 9 documentos institucionais, totalizando 23 documentos, que compõem o corpus final da pesquisa.

Esses materiais (resultado da terceira triagem), os 23 documentos finais,

foram analisados integralmente, por apresentarem conteúdo pertinente às três trilhas e às dimensões de sustentabilidade territorial abordadas no estudo, incluindo discussões sobre sustentabilidade, diretrizes e referências normativas relacionadas ao tema.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A produção científica e documental acerca do CCC vem se ampliando nas últimas décadas, refletindo o crescente interesse pelas relações entre turismo sustentável, cultura, território e desenvolvimento regional no estado de Goiás.

Tal conjunto de estudos e registros institucionais revelam que o percurso, para além de uma rota de ecoturismo, constitui-se como um laboratório de experiências comunitárias, no qual se entrelaçam práticas de conservação ambiental, valorização cultural e protagonismo social.

Deste modo, as produções acadêmicas que passaram pela triagem e seleção, resultados desta pesquisa, foram sistematizadas na Tabela 2, que apresenta as principais características dos estudos selecionados organizados segundo os quatro eixos analíticos da investigação: sustentabilidade, aspectos culturais, aspectos ambientais e desenvolvimento regional; organizados nos eixos: Referências com *links* de acesso e Principais Achados.

Já a Tabela 3, reúne as fontes institucionais e de literatura cinzenta relacionadas ao tema, incluindo relatórios técnicos, inventários turísticos e planos de manejo elaborados por órgãos públicos e associações gestoras de trilhas, como a Goiás Turismo, o Ministério do Turismo, o IBGE, o ICMBio e as entidades responsáveis pelo Caminho de Cora Coralina, Caminho da Fé e Circuito Vale Europeu; organizados nos eixos: instituição, tipo de documento, referência com *link* para acesso e contribuição para a pesquisa.

Tabela 2 - Características gerais das publicações selecionadas

N	Referência	Principais Achados
1	<p>COSTANTIN, Thaís. Cicloturismo no Caminho Missão Cruis: análise e propostas. 2023. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2023. Disponível em: https://repositorio.pgsscogna.com.br/handle/123456789/67373. Acesso em 22 Nov. 2025.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Analisa o potencial do cicloturismo como instrumento de desenvolvimento sustentável regional na área metropolitana de Brasília e no entorno goiano. 2. Propõe a integração do Caminho Missão Cruis aos roteiros oficiais da Estrada Real e do Caminho de Cora Coralina, articulando patrimônio histórico, cultural e ambiental. 3. Identifica atrativos relevantes (Comunidade Quilombola Mesquita, Cachoeira Saia Velha etc.), totalizando 332 km de percurso. 4. Aponta desafios relacionados à infraestrutura, sinalização, governança e envolvimento comunitário. 5. Recomenda políticas públicas integradas entre poder público e iniciativa privada, enfatizando conservação do Cerrado e valorização cultural local.
2	<p>DEUS, Fernanda Monteiro Lobão De; EDRA, Fátima Priscila Morela. Cenário do cicloturismo brasileiro: publicações, divulgações e roteiros. PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 192–225, 2023. DOI: 10.5585/podium.v12i2.21774. Disponível em: https://periodicos.uninove.br/podium/article/view/e21744. Acesso em Ago. 2025.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Realiza um mapeamento do cicloturismo no Brasil, identificando as principais rotas e perfis dos praticantes. 2. Aponta a concentração das rotas nas regiões Sul e Sudeste, com destaque para o Circuito Vale Europeu em Santa Catarina. 3. Evidencia a escassez de publicações científicas sobre o tema e a carência de políticas públicas específicas voltadas à promoção do cicloturismo. 4. Mostra que o governo federal ainda enxerga o segmento sob viés da infraestrutura de transporte, sem valorizar seu potencial sociocultural e ambiental. 5. Defende a integração do cicloturismo às agendas de sustentabilidade, mobilidade e desenvolvimento regional.
3	<p>FREITAS, Luciana Menezes de; SANTOS, Patrícia Martins dos; PASSOS, Lisandra Lavoura Carvalho. Notas históricas sobre o Caminho de Cora Coralina: entre patrimônio, turismo e paisagem cultural. Caderno de Pesquisa, v. 227, n. 8, p. 382-389, jan./jun. 2022. Disponível em: https://revistanotashistoricasygeograficas.cl/carga/wp-content/uploads/2021/11/20-Freitas-et-al-Notas-Historicas-Enero-Junio-2022.pdf. Acesso em Ago. 2025.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. O artigo propõe uma leitura patrimonial e paisagística do Caminho de Cora Coralina, entendendo-o como território simbólico de memória e identidade goiana. 2. Analisa a integração entre turismo cultural e ambiental sob o prisma da sustentabilidade. 3. Apresenta levantamento de bens patrimoniais e manifestações culturais ao longo da trilha. 4. Defende o Caminho como ferramenta educativa e de valorização da cultura popular e da poética coraliniana. 5. Conclui que o percurso constitui um espaço de ressignificação territorial, onde o turismo sustentável se articula com a conservação cultural.

-
- 4 LIMA, Henrique Valle de. *et, al.* O impacto da agricultura familiar através do Caminho de Cora Coralina: pilares do desenvolvimento sustentável e da valorização cultural no estado de Goiás. **Caderno Pedagógico**, [S. l.], v. 22, n. 8, p. e17470, 2025. DOI: 10.54033/cadpedv22n8-227. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/17470>. Acesso em Ago. 2025.
- 5 MENDONÇA, Diego Pinto de. **Caminho de Cora Coralina em Goiás: significados, usos e relações sociais**. 2021. 166 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Câmpus Cora Coralina, Universidade Estadual de Goiás, Goiás, GO, 2021. Disponível em: <https://www.bdttd.ueg.br/handle/tede/811>. Acesso em Ago. 2025.
- 6 MENDONÇA, Juliano Borghi de. **Desafios, oportunidades e recomendações para o fomento ao cicloturismo nas Costas do Cacau e Descobrimento – Sul da Bahia**. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2017. Disponível em: <https://www.escas.org.br/wp-content/uploads/2023/09/DESAFIOS-OPORTUNIDADES-E-RECOMENDACOES-PARA-O-FOMENTO-AO-CICLOTURISMO-NAS-COSTAS-DO-CACAU-E-DESCOBRIMENTO-SUL-DA-BAHIA.pdf>. Acesso em Ago. 2025.
- 7 FREITAS, Guilherme Henrique de; PEREIRA, Natasha Sophie; SOUZA, Eduardo Ferreira de; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; OLIVEIRA-SILVA, Iransé. **Caminho de Cora Coralina: revisão literária sobre o uso de tecnologia em uma rota histórica no cerrado brasileiro**. Revista Notas Históricas y Geográficas, n. 28, p. 384-400, jan./jun. 2022. Disponível em: <https://revistanotashistoricasygeograficas.cl/carga/wp->
1. Estudo que analisa o papel da agricultura familiar na promoção do turismo sustentável ao longo do Caminho de Cora Coralina.
2. Destaca a integração entre produção local, economia solidária e experiência turística.
3. Mostra como o turismo impulsiona o consumo de produtos agroecológicos e fortalece o comércio de alimentos artesanais.
4. Conclui que o modelo de turismo vinculado à agricultura familiar favorece a sustentabilidade ambiental, econômica e cultural.
1. Pesquisa de mestrado em Geografia (PPGEO/UEG – Campus Cora Coralina), sob orientação de Jean Carlos Vieira Santos.
2. Analisa a relação entre turismo e território na trilha de longo curso Caminho de Cora Coralina (CCC), enfatizando o impacto da turistificação nos espaços urbano e rural.
3. Metodologia: pesquisa qualitativa com base documental, bibliográfica e trabalho de campo realizado por meio de viagens ciclísticas; entrevistas com gestores, empresários, moradores e turistas.
4. Conclui que o CCC promove integração comunitária, diversificação econômica e valorização cultural, mas requer planejamento participativo para equilibrar conservação ambiental e desenvolvimento regional.
1. Analisa a viabilidade do cicloturismo como estratégia de desenvolvimento sustentável e diversificação econômica no Sul da Bahia.
2. Apresenta diagnóstico sobre perfil e motivações dos cicloturistas, revelando alto potencial de demanda e baixa infraestrutura regional.
3. Identifica desafios como sinalização precária, ausência de rotas estruturadas, insegurança viária e pouca oferta de serviços de apoio.
4. Propõe um roteiro preliminar conectando 8 dos 10 municípios das Costas do Cacau e Descobrimento, priorizando o uso de vias cênicas e unidades de conservação.
5. Recomenda integração de políticas públicas, planejamento territorial e incentivo à economia local, articulando cicloturismo, ecoturismo e valorização cultural.
1. O estudo caracteriza o Caminho de Cora Coralina como trilha de longo curso implantada em Goiás em 2018, vinculada a uma rota histórica no Cerrado.
2. Indica que o percurso interliga Corumbá de Goiás à Cidade de Goiás e se ancora em referências históricas e relatos de viajantes/autores (Saint-Hilaire, Pohl, Cruis), além de moradores locais, para definição e
-

	<p>interpretação do traçado.</p> <p>3. Aponta a dimensão ambiental do itinerário ao registrar que o caminho conecta três áreas protegidas, qualificando-o como corredor ecológico relevante (Parque dos Pireneus, Parque Serra de Jaraguá e Parque da Serra Dourada).</p> <p>4. Descreve a adoção de instrumento de experiência e gestão do usuário, o “Passaporte do Peregrino”, com carimbos por trechos e possibilidade de emissão virtual de certificado ao concluir o percurso.</p> <p>5. Identifica investimento público em infraestrutura tecnológica e apoio ao visitante, com oferta de internet gratuita no caminho por meio de 30 torres de wi-fi (a cada 10 km) com energia fotovoltaica, associando tal recurso à comunicação e ao aumento da segurança, além de pontos de descanso.</p>
<p>8 PASSOS, Lisandra Lavoura Carvalho; FREITAS, Carla Conti de. Hospitalidade no empreendedorismo feminino: atuação das mulheres anfitriãs em povoados goianos do caminho de cora coralina. Cadernos CERU, São Paulo, Brasil, v. 33, n. 2, p. 168–189, 2022. DOI: 10.11606/issn.2595-2536.v33i2p168-189. Disponível em: https://revistas.usp.br/ceru/article/view/207105. Acesso em Ago. 2025.</p>	<p>1. Pesquisa etnográfica realizada nos povoados de Caxambu, Radiolândia e Palestina, percorrendo o Caminho de Cora Coralina a pé.</p> <p>2. Analisa as práticas de hospitalidade exercidas por mulheres anfitriãs em meios de hospedagem locais.</p> <p>3. Fundamenta-se nos conceitos de hospitalidade de Camargo (2004, 2015), Baptista (2008) e Gotman (1997).</p> <p>4. Conclui que a hospitalidade feminina redefine a relação entre território, cultura e turismo sustentável.</p>
<p>9 PEREIRA, Natasha Sophie. Inovação tecnológica no Caminho de Cora Coralina: digitalização do passaporte para impulsionar o turismo sustentável, histórico e ecológico. 2024. 194 f. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais) – Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente, Universidade Evangélica de Goiás, Anápolis, 2024. Disponível em: http://repositorio.aee.edu.br/bitstream/aee/23182/1/12%20%20-%20Natasha%20Sophie%20Pereira%20%20-%20TESE%20Final%20de%20Doutorado.pdf. Acesso em Ago. 2025.</p>	<p>1. Analisa criticamente o processo de digitalização do “passaporte do caminhante” no Caminho de Cora Coralina, problematizando limites operacionais do registro manual e seus impactos na experiência do usuário e na gestão do percurso.</p> <p>2. Propõe e estrutura o CoraApp como solução tecnológica para substituir o passaporte físico, com foco em melhorar a usabilidade do registro de percurso e tornar mais eficiente o processo de validação e certificação da travessia.</p> <p>3. Demonstra que a lógica de checkpoints e o armazenamento digital de informações contribuem para maior controle, rastreabilidade e confiabilidade do registro do caminhar, reduzindo dependências de carimbos presenciais e riscos de perda ou dano do documento físico.</p> <p>4. Conclui que a digitalização do passaporte pode impulsionar um turismo mais sustentável, histórico e ecológico no Caminho de Cora Coralina, ao articular inovação, qualificação da experiência do caminhante e potencial de replicabilidade do modelo para outras trilhas de longo curso.</p>
<p>10 ROCHA, Geórgia Vitória Vieira. Panorama da concessão de serviços de</p>	<p>1. Apresenta panorama nacional da concessão de serviços de apoio ao</p>

-
- uso público à iniciativa privada em Parques Nacionais.** 2020. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/8723>. Acesso em Set. 2025.
- uso público em Parques Nacionais brasileiros.
 2. Analisa contratos vigentes (Chapada dos Veadeiros, Iguaçu, Itatiaia, Pau Brasil, Noronha e Serra dos Órgãos) e planos de manejo.
 3. Identifica melhorias na gestão da visitação, mas fragilidades na conservação da biodiversidade e na fiscalização dos contratos.
 4. Recomenda aprimorar a transparência, o controle social e a integração das políticas de concessão com metas ambientais.
 5. Destaca a importância das parcerias público-privadas como instrumento de sustentabilidade econômica e de ampliação do ecoturismo.
-
- 11** SALDANHA, Luiz Emerson. **Análise dos padrões de governança de rotas de cicloturismo no Brasil.** 2022. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: https://www.pet.coppe.ufrj.br/images/documentos/teses/Tese_final_Luiz_Emerson_da_Cruz_Saldanha.pdf. Acesso em Set. 2025.
1. Analisa oito rotas de cicloturismo brasileiras em diferentes estágios de consolidação, identificando padrões de governança e modelos de gestão compartilhada.
 2. Estrutura uma metodologia baseada em indicadores de governança (gestão estratégica, monitoramento, acesso, funcionamento e comunicação) e integra métricas de Análise de Redes Sociais (ARS).
 3. Demonstra que o associativismo entre sociedade civil e poder público fortalece a governança resiliente e sustentável das rotas.
 4. Identifica que fragilidades institucionais e falta de articulação entre atores locais levam à descontinuidade de rotas e à perda de atratividade.
 5. Aponta o Caminho da Fé e o Circuito Vale Europeu como referências de governança eficaz e sugere aplicação do modelo para outras rotas, como o Caminho de Cora Coralina.
-
- 12** SOUZA, José Maria dos Santos; CARNEIRO, Vandervilson Alves; SANTOS, Jean Carlos Vieira. **Caminho de Cora Coralina no Cerrado Goiano e suas paisagens geohistóricas, bióticas/abióticas, literárias e turísticas.** Revista Mirante, Anápolis (GO), v. 16, n. 1, p. 1-17, jun. 2023. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/mirante/article/view/13651>. Acesso em Set. 2025.
1. Analisa o Caminho de Cora Coralina como rota turística literária que articula dimensões geohistóricas, ambientais e culturais do Cerrado Goiano.
 2. Destaca a trilha como uma herança simbólica e patrimonial, vinculada à antiga “Estrada Geral dos Sertões”.
 3. Ressalta o potencial do caminho como espaço de educação ambiental e turismo literário, articulando memória, identidade e paisagem.
 4. Discute as relações entre a rota de Cora Coralina e outros percursos históricos e místicos, como o Caminho de Santiago e a Estrada Real.
 5. Conclui que o Caminho de Cora Coralina constitui um patrimônio vivo em constante resignificação cultural, espiritual e turística.
-
- 13** VIESTEL, Roberto Marin. **O cicloturismo no caminho da fé. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas – Campus Inconfidentes (IFSULDEMINAS).** Inconfidentes, MG, Brasil. Disponível em:
1. Analisa o fenômeno do cicloturismo no Caminho da Fé, enfatizando a percepção sensorial e emocional dos cicloturistas em relação às paisagens.
-

<https://repositorio.ufmg.br/server/api/core/bitstreams/41f89a4e-f85f-4ec7-8ba2-b0064da24b95/content>. Acesso em Out. 2025.

2. A pesquisa é qualitativa, com observação direta em ciclovagens e aplicação de questionários a 27 cicloturistas.
 3. As montanhas e o contato com a natureza são apontados como elementos centrais da experiência, despertando sensações de esforço, contemplação e pertencimento.
 4. Introduz o conceito de “paisagens olfativas” – experiências sensoriais relacionadas a cheiros e sons do ambiente, especialmente o aroma dos cafezais e o vento da Serra da Mantiqueira.
 5. Conclui que o Caminho da Fé transcende o turismo religioso, configurando-se também como rota de lazer, espiritualidade e educação sensorial sobre o território.

14 VIEIRA, Vinícius Pereira. **“Mulher da terra, ao pé da serra, velha menina”**: a literatura de Cora Coralina como ferramenta para educação ambiental nos estudos sobre o Cerrado. 2024. 114 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente, Universidade Evangélica de Goiás (UniEVANGÉLICA), Anápolis, 2024. Disponível em: <http://repositorio.aee.edu.br/bitstream/aee/22879/1/3%20-%20Vin%3%adcius%20Pereira%20Vieira%20-%20Disserta%3%a7%c3%a3o%20Final%20do%20Mestrado.pdf>. Acesso em Dez. 2025.

1. A dissertação sustenta que a literatura de Cora Coralina pode operar como ferramenta pedagógica para sensibilização e engajamento discente em questões ambientais, com ênfase no bioma Cerrado.
 2. Realiza um mapeamento do tipo “estado da arte” sobre a interface Cerrado, Educação Ambiental e Literatura Brasileira, com recorte temporal de 2012 a 2022.
 3. Desenvolve leitura analítica de poemas selecionados (por exemplo, “A gleba me transfigura”, “Minha cidade” e “Oração do milho”), examinando como a autora representa ambiente e relação ser humano-natureza no contexto goiano.
 4. Propõe uma sequência didática para o Ensino Fundamental II, integrando experiências, memórias e subjetividades dos alunos à Educação Ambiental a partir da obra de Cora Coralina e do Cerrado goiano.
 5. Enquadra o trabalho como orientação prática a educadores para adoção de abordagens mais dinâmicas e significativas, visando fortalecer consciência crítica e mobilizar ações em favor da preservação do Cerrado.

Tabela 3 - Fontes institucionais e literatura cinzenta consultadas sobre o Caminho de Cora Coralina e trilhas de longo curso correlatas

Nº	INSTITUIÇÃO FONTE	/ TIPO DOCUMENTO	DE REFERÊNCIA COM LINK DE ACESSO	RELEVÂNCIA PARA A PESQUISA
1	Secretaria de Turismo Goiás (Goiás Turismo)	Relatórios técnicos, inventários e planos de gestão	GOIÁS TURISMO. Inventário Turístico do Caminho de Cora Coralina . Goiânia: Agência Estadual de Turismo de Goiás, 2019. Disponível em: https://www.goiasturismo.go.gov.br . Acesso Ago. 2025.	Fonte oficial sobre a implantação e estrutura do Caminho de Cora Coralina, com dados sobre infraestrutura, sinalização, atrativos e gestão estadual.
2	Ministério do Turismo (MTur)	Planos e diretrizes nacionais; publicações técnicas	BRASIL. Ministério do Turismo. Plano nacional de turismo 2024-2027 . Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/planos/plano-nacional-do-turismo/PLANONACIONALDETURISMOV431.10PORTAL.pdf . Acesso Ago. 2025.	Fundamenta as políticas públicas de ecoturismo e desenvolvimento sustentável aplicáveis às trilhas de longo curso.
3	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	Estatísticas oficiais e bases geográficas	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Estatísticas oficiais e bases geográficas . Rio de Janeiro: IBGE, s.d. Disponível em: https://www.ibge.gov.br . Acesso Set. 2025.	Fornece dados socioeconômicos, demográficos e geográficos dos municípios atravessados pelo Caminho de Cora Coralina.
4	ICMBio	Manuais técnicos e diretrizes metodológicas	BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Manual de sinalização de trilhas . 3. ed. Brasília, DF: MMA/ICMBio, 2023. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br . Acesso Set. 2025.	Oferece base técnica sobre conservação ambiental, gestão territorial e padronização de trilhas integradas ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação.
5	Associação Caminho de Cora Coralina (ACCC)	Relatórios, boletins e materiais de divulgação institucional	ASSOCIAÇÃO CAMINHO DE CORA CORALINA (ACCC). Relatórios, boletins e materiais de divulgação institucional . ACCC, s.d. Disponível em: https://www.caminhodecoracoralina.com.br . Acesso Set. 2025.	Entidade responsável pela gestão e manutenção do Caminho; fonte primária de dados sobre fluxo de visitantes, eventos e ações de sustentabilidade.

6	Associação dos Amigos do Caminho da Fé	Relatórios de gestão e dados estatísticos	ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO CAMINHO DA FÉ. Relatórios de gestão e dados estatísticos. Associação dos Amigos do Caminho da Fé, s.d. Disponível em: https://www.caminhodafe.com.br . Acesso Set. 2025.	Utilizado como referência comparativa de governança comunitária e estruturação autossustentável de uma trilha consolidada nacionalmente.
7	Associações e Conselhos do Circuito Vale Europeu (CVE)	Relatórios técnicos e guias de rotas	GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Secretaria de Estado do Turismo. Relatórios técnicos e guias de rotas do Circuito Vale Europeu (CVE). Florianópolis, SC: SETUR/SC, s.d. Disponível em: https://www.turismo.sc.gov.br . Acesso Set. 2025.	fonte institucional para sustentar informações sobre o Circuito Vale Europeu, que é um roteiro turístico de trilhas e ciclorrotas no estado de Santa Catarina, muito citado como referência nacional de estruturação de percurso, sinalização, governança local e organização do turismo de base regional.
8	Rede Brasileira de Trilhas	Site oficial	REDE BRASILEIRA DE TRILHAS. Site oficial. s.l.: Rede Brasileira de Trilhas, s.d. Disponível em: https://www.redetrilhas.org.br . Acesso em Jul. 2025.	A Rede Brasileira de Trilhas (frequentemente referida como Rede Trilhas) é, em termos conceituais e operacionais, uma iniciativa de articulação e padronização voltada à conexão de áreas protegidas e pontos de interesse natural e cultural no Brasil por meio de trilhas, com ênfase em trilhas de longo curso, uso público, recreação em contato com a natureza e fortalecimento do ecoturismo. No próprio site institucional, ela se define como uma “ferramenta de uso público a serviço da Conservação” cuja finalidade é conectar, por trilhas, as Áreas Protegidas do país.
9	Passos, Lisandra; Lavoura Carvalho	Reportagem científica derivada de tese de doutorado	PASSOS, Lisandra Lavoura Carvalho. O caminho de Cora Coralina. IFG Faz Ciência, Reportagem 5. Goiânia: Instituto Federal de Goiás (IFG), 2024. Disponível em: https://www.fjf.edu.br/attachments/article/40564/IFG_Faz_C%3A%20Ancia-O-Caminho-de-Cora-Coralina_Download_compressed%20(201).pdf . Acesso em Jul. 2025.	Complementa o corpus acadêmico com uma abordagem narrativa e etnográfica, reforçando a dimensão cultural e simbólica da trilha, com ênfase em hospitalidade e protagonismo feminino.

Fonte: Elaboração própria, 2025.

Neste capítulo, apresenta-se e discute-se o material selecionado na revisão bibliográfica integrativa, composto por quatorze publicações acadêmicas e nove documentos institucionais, conforme apresentado nas Tabelas 2 e 3. A sistematização desses estudos permite explicitar como diferentes autores e instituições tratam as trilhas CCC, CF e CVE, abrangendo dimensões históricas e comparativas, bem como desafios associados à sustentabilidade territorial em trilhas de longo curso.

Para assegurar uma leitura articulada, o texto dos resultados organiza-se em três categorias:

- (a) a reconstituição histórica e institucional do Caminho, com destaque para o processo de implantação e reconhecimento oficial da trilha;
- (b) a análise comparativa com outras experiências de trilhas de longo curso no Brasil, como o Caminho da Fé e o Circuito Vale Europeu; e
- (c) a identificação dos desafios e estratégias de sustentabilidade territorial que emergem na literatura e nos documentos técnicos.

Tal estrutura permite compreender a trajetória e o sentido contemporâneo do CCC como um território de práticas sustentáveis, em que se articulam natureza, memória e desenvolvimento local.

3.1 Reconstituição histórica e institucional do Caminho de Cora Coralina

O Caminho de Cora Coralina (CCC) constitui uma das iniciativas mais emblemáticas de valorização cultural, ambiental e turística do estado de Goiás. Trata-se de uma trilha de longo curso com cerca de 300 quilômetros de extensão, que conecta oito municípios goianos: Corumbá de Goiás, Cocalzinho de Goiás, Pirenópolis, São Francisco de Goiás, Jaraguá, Itaguari, Itaberaí e a Cidade de Goiás, antiga Vila Boa; percorrendo vales, serras, povoados, fazendas e unidades de conservação inseridas no bioma Cerrado. O percurso, dividido em treze trechos oficiais, pode ser realizado a pé ou de bicicleta, configurando-se como um itinerário de cultura, poesia, aventura e natureza, voltado a caminhantes e ciclistas (Caminho De Cora Coralina, 2023).

Idealizado em 2013 e oficialmente estruturado em 2017, o projeto teve como propósito interligar municípios e comunidades tradicionais por meio de antigos caminhos coloniais e sertanejos, transformando-os em uma rota turística, literária e

educativa. Sua concepção tomou como base fontes históricas e relatos de viagem que documentam a ocupação e o desbravamento do território goiano: A Jornada a Goiás de Luís da Cunha Menezes (1778), Viagem à Província de Goiás (1818) de Auguste de Saint-Hilaire, Viagem ao Interior do Brasil (1821) de Johann Emanuel Pohl, Viagem às Terras Goyanas (1880) de Oscar Leal e o Relatório Cruls (1893), elaborado pela Comissão Exploradora do Planalto Central (Goiás Turismo, 2019; Caminho De Cora Coralina, 2023).

Segundo o site oficial da trilha CCC, esses registros forneceram o suporte documental para articular natureza, memória e história, configurando o percurso como um roteiro poético de educação patrimonial e ambiental, reconhecido como “o único caminho de poesias do mundo” pela integração entre literatura e paisagem (Caminho De Cora Coralina, 2023).

A tradição oral das comunidades locais também desempenhou papel determinante na definição do traçado da trilha. Relatos, memórias e toponímias regionais foram incorporados ao processo de mapeamento e reconhecimento territorial, revelando vínculos simbólicos entre espaço e identidade (Goiás Turismo, 2019).

Em 2017, a Goiás Turismo, por meio do Programa Experiências na Natureza, retomou a implementação do Caminho, promovendo a inclusão de parques estaduais e áreas de proteção ambiental como o Parque Estadual dos Pirineus, o Parque da Serra de Jaraguá, a APA da Serra Dourada e o Geoparque dos Pirineus e consolidando o percurso como instrumento de educação ambiental e turismo sustentável (Goiás Turismo, 2019).

Nessa mesma etapa, foi formalizada a Associação Caminho de Cora Coralina (ACCC), entidade responsável pela gestão participativa, manutenção e promoção da trilha. O CCC passou a integrar a Rede Brasileira de Trilhas, sob coordenação do ICMBio, configurando-se como o segmento ocidental do Caminho dos Goyazes, rota que conectará a Chapada dos Veadeiros à Cidade de Goiás, em um itinerário superior a mil quilômetros (Brasil, 2021; Brasil, 2023).

Atualmente, o CCC conta com infraestrutura de hospedagem, alimentação e apoio comunitário, envolvendo mais de 30 empreendedores e dezenas de voluntários, e cumpre a missão de unir história, natureza, gastronomia e literatura em uma experiência de integração simbólica e territorial (Caminho De Cora Coralina, 2023).

O processo de criação e consolidação do Caminho resultou da parceria entre o Governo do Estado de Goiás, por meio da Goiás Turismo, e a ACCC, no contexto das políticas estaduais de turismo sustentável e desenvolvimento regional. Conforme relatórios institucionais da Associação (2020–2023), a governança da trilha adota um modelo descentralizado e colaborativo, envolvendo prefeituras, empreendedores do turismo rural, escolas e moradores. Essa estrutura de gestão reconhece as comunidades como protagonistas do território, assegurando que o Caminho de Cora Coralina se mantenha como um patrimônio cultural vivo, sustentado pela memória coletiva e pelo compromisso com a sustentabilidade (ASSOCIAÇÃO CAMINHO DE CORA CORALINA, 2023).

No site oficial do CCC, encontram-se informações detalhadas sobre o trajeto, incluindo mapas, distâncias, pontos de apoio, hospedagens e serviços disponíveis. O portal disponibiliza, ainda, um recurso interativo de navegação por trechos, que permite visualizar a rota e acessar, por ponto do percurso, informações sobre localidades, paradas e serviços relacionados à experiência do caminhante (CAMINHO DE CORA CORALINA, 2023).

Conforme a Figura 1, essa organização das informações contribui para orientar o planejamento do deslocamento e para reduzir assimetrias informacionais entre visitantes e pontos de apoio, favorecendo maior previsibilidade logística na visita, especialmente em uma trilha segmentada por trechos e atravessada por diferentes contextos territoriais:

Figura 1 - Trilha interativa do Caminho de Cora Coralina



Fonte: <https://caminhodecoracoralina.com.br/trechos-hospedagem/#tab3>. Acesso Jul. 2025.

A Figura 1 ilustra esse recurso, evidenciando seu caráter informativo e educativo ao organizar, de maneira sistematizada, o traçado por trechos, as distâncias e as paradas do percurso, bem como ao indicar pontos de apoio e serviços associados à caminhada. Ao disponibilizar esses dados de forma acessível, o site funciona como instrumento de orientação do visitante, favorecendo o planejamento do deslocamento e a compreensão do percurso como experiência territorial e cultural.

Além disso, o portal oferece a venda de produtos e o passaporte do caminhante, incentivando a continuidade do percurso e a vinculação simbólica do participante à proposta turística e poética da trilha.

A fim de identificar o peregrino que percorre o Caminho de Cora Coralina e eternizar sua experiência durante o percurso, a Associação Caminho de Cora Coralina desenvolveu o “Passaporte do Peregrino”. Nele o viajante recebe uma marcação feita por carimbo que indica a conclusão de cada trecho do caminho. Durante o trajeto, existem pontos específicos onde o passaporte deverá ser carimbado e assinado por um voluntário. Ao registrar a conclusão de todo o percurso, o peregrino pode emitir, de forma virtual, um certificado que comprova sua peregrinação pelo Caminho de Cora Coralina (Freitas, Santos, Passos, 2022, p. 392).

A organização do site contribui para orientar o usuário ao sistematizar o percurso por trechos e ao reunir dados operacionais úteis ao planejamento, como pontos de apoio, hospedagens e serviços, reduzindo incertezas logísticas e favorecendo maior previsibilidade da caminhada, especialmente na etapa de preparação do deslocamento.

No plano institucional, esse conjunto de iniciativas articula-se ao processo de inserção do Caminho em redes nacionais de trilhas. A partir de 2019, o CCC foi integrado oficialmente à Rede Brasileira de Trilhas, coordenada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) (Brasil, 2021). Essa vinculação favoreceu a adoção de padrões técnicos de sinalização e diretrizes de manejo do uso público, aproximando a trilha de referenciais voltados ao ecoturismo responsável.

O Manual de Sinalização da Rede Brasileira de Trilhas (Brasil, 2021), ao estabelecer parâmetros de padronização e orientação ao visitante, apresenta o Caminho como rota de referência no bioma Cerrado, em razão de sua articulação entre turismo, cultura e conservação ambiental.

Nesse mesmo horizonte, Pereira (2024, p. 173) evidencia como a modernização tecnológica aplicada à gestão turística pode assumir papel estratégico na consolidação do Caminho de Cora Coralina como rota de ecoturismo sustentável. A autora argumenta que a digitalização dos processos de registro dos caminhantes ultrapassa o aprimoramento da experiência do visitante, ao permitir a coleta sistemática de dados sobre fluxos e padrões de visitação. Quando incorporada à governança territorial, essa dimensão informacional amplia a capacidade de planejamento e de acompanhamento do uso público, reforçando a articulação entre gestão ambiental e valorização cultural do percurso (Pereira, 2024).

Além da inovação técnica, Pereira (2024) ressalta o compromisso ético e social que deve orientar o uso das ferramentas digitais, ao enfatizar a importância da inclusão digital e da acessibilidade universal. O desenvolvimento do aplicativo *CoraApp* é apresentado não apenas como avanço logístico, mas como um desafio pedagógico e social: garantir que todos os caminhantes, independentemente de suas condições físicas, cognitivas ou socioeconômicas, possam usufruir das mesmas oportunidades de interação com o território e com o legado simbólico da poetisa Cora.

Nesse sentido, a autora propõe que a sustentabilidade digital seja entendida como dimensão ampliada da sustentabilidade ambiental, reafirmando que inovação e inclusão constituem pilares inseparáveis de um turismo verdadeiramente democrático e transformador (Pereira, 2024). Complementando seu estudo, a mesma autora ressalta que a ampliação da visibilidade do Caminho, embora associe-se à dinamização do turismo e de atividades econômicas locais, também intensifica exigências de proteção e valorização dos elementos ambientais e culturais que singularizam o percurso. Conforme registra,

A popularização do Caminho de Cora Coralina, além de estimular o turismo e a economia local, também traz consigo a responsabilidade de proteger e valorizar o ambiente e a cultura que o tornam único. [...] O fortalecimento das parcerias entre governo, comunidade e iniciativa privada é essencial para que o Caminho de Cora Coralina se consolide como um dos principais destinos de ecoturismo do Brasil, beneficiando tanto os moradores locais quanto os visitantes (Pereira, 2024, p. 43).

Nesse quadro, a literatura aponta que os efeitos territoriais associados ao percurso podem ser observados em dimensões complementares. No plano socioeconômico, destacam-se iniciativas locais vinculadas à hospitalidade e à

prestação de serviços aos visitantes, bem como a produção e circulação de bens associados à experiência do caminhante, o que evidencia dinâmicas econômicas de base local sustentadas por arranjos comunitários e atividades de pequena escala. No plano identitário, a vinculação do Caminho à memória de Cora Coralina e às cidades históricas atravessadas pelo trajeto reforça o valor simbólico do território, convertendo o deslocamento em experiência de pertencimento e de leitura cultural da paisagem.

Em convergência com essa leitura, estudos acadêmicos, como os de Freitas, Santos, Passos (2022) e Mendonça (2021), demonstram que o percurso transcende a função turística e se constitui como um espaço de formação simbólica, educativa e afetiva, em que natureza, cultura e memória se entrelaçam.

Segundo Freitas, Santos, Passos (2022, p. 385), “O Caminho de Cora Coralina [...] além de possibilitar uma interação com a história e o cerrado goiano, tem potencial para auxiliar no desenvolvimento das comunidades locais, as quais passam a produzir produtos e prestar serviços aos usuários”. Essa formulação permite compreender que o caráter educativo atribuído ao percurso não se limita a uma proposta abstrata, mas se vincula à experiência de interpretação do território durante a caminhada, na medida em que a “interação com a história e o cerrado goiano” implica leitura da paisagem, reconhecimento de elementos culturais e compreensão do bioma como patrimônio.

Os autores enfatizam que a trilha foi “inspirada em tradicionais rotas de peregrinação [...] e traçada com o intuito de unir cidades goianas com história, cultura e natureza” (Freitas, Santos, Passos, 2022, p. 386). Nesse ponto, o componente educativo se explicita pela própria intencionalidade do traçado, que organiza o deslocamento como percurso de conexão entre lugares, memórias e ambientes, favorecendo a aproximação do visitante com referências históricas e culturais distribuídas ao longo da rota. Além disso, ressaltam que “estes novos caminhos visam o fortalecimento da cultura local, além de melhorias socioeconômicas, pois aumentam os números de visitantes em diferentes áreas” (Freitas, Santos, Passos, 2022, p. 386), indicando que a dimensão cultural não aparece apenas como “tema”, mas como elemento mobilizado na relação entre visitantes e comunidades.

Por fim, ao afirmarem que o CCC funciona como “ferramenta de proteção e educação ambiental” (Freitas, Santos, Passos, 2022, 2022, p. 387), os autores

situam a educação no âmbito das condutas e aprendizagens associadas ao uso responsável do espaço natural, isto é, na sensibilização para conservação e na construção de práticas compatíveis com a proteção do Cerrado durante a visitação. Assim, o caráter educativo decorre do modo como o percurso articula história, cultura e natureza, orientando a experiência turística para a compreensão do território e para a valorização de seus patrimônios. Deste modo, o estudo revela a capacidade do CCC de promover experiências estéticas e reflexivas, articulando turismo, sustentabilidade e pertencimento territorial.

Na mesma direção, os próprios autores apresentam uma caracterização dos trechos oficiais do Caminho, evidenciando distâncias, níveis de dificuldade e diversidade de paisagens que compõem a experiência de caminhada. A Tabela 4 sintetiza essas informações, conforme dados disponibilizados no site oficial da trilha e na Rede Brasileira de Trilhas:

Tabela 4 - Distâncias e níveis de dificuldade dos trechos do Caminho de Cora Coralina

TRECHO	INICIO DO TRECHO	FINAL DO TRECHO	DISTÂNCIA (KM)	NÍVEL DE DIFICULDADE
1	Corumbá de Goiás	Salto de Corumbá	14,5	Moderada
2	Salto de Corumbá	Pico dos Pireneus	12,7	Moderada
3	Pico dos Pireneus	Pirenópolis	24,4	Difícil
4	Pirenópolis	Caxambu	30	Difícil
5	Caxambu	Radiolândia	17,5	Moderada
6	Radiolândia	São Francisco de Goiás	27,0	Difícil
7	São Francisco de Goiás	Jaraguá	38,5	Extremo
8	Jaraguá	Vila Aparecida	17,3	Moderada
9	Vila Aparecida	Itaguari	29,0	Fácil
10	Itaguari	São Benedito	27,0	Fácil
11	São Benedito	Calcilândia	22,7	Difícil
12	Calcilândia	Ferreiro	29,5	Difícil
13	Ferreiro	Cidade de Goiás	7,5	Fácil

Fonte: Adaptada de Freitas, Santos, Passos (2022).

Conforme apresentado na Tabela 4, a diversidade de trechos e gradientes de dificuldade evidencia a complexidade territorial do percurso, que alterna entre áreas de Cerrado nativo, zonas urbanas e comunidades rurais. Essa heterogeneidade reforça o potencial da trilha como espaço de integração entre natureza, cultura e sociabilidade e, ao mesmo tempo, demanda organização do uso público e planejamento do deslocamento, aspectos que a literatura associa à dimensão

formativa do turismo de base local.

Em consonância, Mendonça (2021) analisa o Caminho de Cora Coralina como um fenômeno territorial de múltiplas dimensões, resultante das interações entre turismo, comunidade e ambiente natural. O autor observa que “no Caminho de Cora Coralina [...] é possível vislumbrar todas as dimensões do território apontadas por Haesbaert (2020): a política, através da Goiás Turismo; a econômica; a cultural; e também a natural” (Mendonça, 2021, p. 36).

A trilha, assim, se configura como território no qual relações sociais, econômicas e simbólicas produzem formas específicas de uso e significação do espaço. Mendonça (2021, p. 126) enfatiza que “o nome do Caminho acrescenta um valor simbólico à trilha, devido ao renome de Cora Coralina a nível nacional e internacional”, evidenciando o papel da autora como mediadora entre memória, identidade e patrimônio. Essa dimensão simbólica não apenas homenageia a escritora, mas contribui para transformar o percurso em espaço de narrativas compartilhadas, no qual o território também pode ser compreendido como leitura viva de sua poética e de sua terra natal.

Nessa direção, na literatura, o caráter educativo do Caminho de Cora Coralina decorre da experiência de imersão no Cerrado e no patrimônio cultural do percurso, articulando educação ambiental, leitura territorial e aprendizagem experiencial. Ao exigir planejamento e leitura da paisagem em trechos diversos (Tabela 4) e ao mobilizar referências culturais associadas à memória de Cora Coralina, o Caminho favorece a compreensão do território como construção natural, histórica e simbólica, em consonância com a análise de Mendonça (2021).

A reconstituição histórica e institucional do Caminho, tal como apresentada nas fontes consultadas, permite compreender um processo de organização territorial e cultural sustentado pela articulação entre instâncias públicas e iniciativa associativa, com ênfase na valorização literária do percurso e na mobilização comunitária. Nesse enquadramento, o Caminho de Cora Coralina é descrito como rota que combina dimensão patrimonial e turística, vinculando-se ao ecoturismo e ao turismo cultural, em diálogo com iniciativas de ordenamento e promoção do uso público.

Com base em Mendonça (2021), observa-se que, a partir de 2020, a trilha passa a ser discutida como experiência em consolidação institucional e com ampliação de usos, associada à atuação da Goiás Turismo e da Associação

Caminho de Cora Coralina (ACCC) no fortalecimento da gestão e na estruturação de serviços de apoio ao visitante. Nesse período, a literatura menciona maior participação de atores locais e o incremento de iniciativas voltadas ao atendimento de caminhantes e cicloturistas, reforçando a dimensão de base local do percurso.

Além da dimensão turística, os estudos indicam que o percurso pode favorecer experiências de contato com o Cerrado e com referências históricas regionais, contribuindo para leituras sobre patrimônio e sustentabilidade no contexto de trilhas de longo curso. Assim, o CCC é apresentado como experiência territorial que articula ecoturismo, cultura e organização do uso público, sob condições que dependem do fortalecimento institucional e da coordenação entre os atores envolvidos.

3.1.1 Cora Coralina

Cora Coralina é o pseudônimo de Ana Lins dos Guimarães Peixoto Bretas, nascida em 20 de agosto de 1889, na Cidade de Goiás, então capital do Estado, e falecida em 10 de abril de 1985. Poetisa, contista e doceira, Cora Coralina é reconhecida como uma das vozes mais autênticas da literatura brasileira moderna, cuja escrita entrelaça sensibilidade popular, sabedoria cotidiana e crítica social.

Sua obra resgata as memórias, os costumes e as expressões culturais do interior goiano, convertendo o vivido em matéria poética. Conforme salientam Freitas, Santos, Passos (2022), a autora tornou-se um símbolo da resistência feminina e da cultura goiana, pois transfigurou em poesia as experiências das mulheres, dos trabalhadores e dos marginalizados, conferindo visibilidade literária às existências anônimas do Cerrado.

A Figura 2 apresenta um registro da autora, cuja imagem permanece associada ao patrimônio cultural e simbólico mobilizado pelo Caminho de Cora Coralina.

Figura 2 - Ana Lins dos Guimarães Peixoto Bretas (Cora Coralina)



Fonte: Caminho de Cora Coralina (2023)

Segundo o Inventário Turístico do Caminho de Cora Coralina (Goiás Turismo, 2019), a escritora adotou o pseudônimo “Cora Coralina” aos 14 anos de idade, justificando que o nome significava “coração vermelho”, metáfora de energia vital, coragem e sensibilidade humana. Em 1911, ao lado de seu futuro marido, Cantídio Tolentino de Figueiredo Bretas, deixou sua cidade natal para residir em São Paulo, onde permaneceu por 45 anos, dedicando-se à família e à escrita silenciosa. Retornou à antiga Vila Boa em 1956, já viúva, em busca de suas raízes ancestrais e afetivas, reencontrando-se com o território e a memória de sua infância (Caminho de Cora Coralina, 2023).

Seu primeiro livro, *Poemas dos Becos de Goiás e Estórias Mais*, foi publicado apenas em 1965, quando a autora tinha 76 anos, marcando o início de uma trajetória literária tardia, porém profundamente significativa. A maturidade da linguagem e o lirismo simples de sua poesia revelam uma autora que compreende o tempo como experiência existencial e a palavra como gesto de resistência. Posteriormente, publicou obras como *Meu Livro de Cordel* e *Vintém de Cobre: Meias Confissões de Aninha*, nas quais reafirma compromisso ético e estético com a vida cotidiana e com o olhar atento às desigualdades sociais (Goiás Turismo, 2019).

O documento institucional ressalta que Oswaldino Marques a denominou “professora de existência”, por sua capacidade de ensinar pela palavra e pela vida. O texto a descreve como uma poeta que “desafiou o tempo, marcando-o com sua grandeza, sua alma aliada de poeta, vivendo o presente, mas de olho no futuro” (Goiás Turismo, 2019, p. 3). Sua poética é caracterizada como telúrica e social, enraizada nas paisagens, nas tradições e nos modos de ser do povo goiano. Em

suas palavras e imagens, o Cerrado emerge como território simbólico e espiritual, configurando-a como a “musa do interior e da terra”, capaz de transformar a experiência local em universalidade poética.

Cora Coralina, portanto, transcende a condição de escritora regional ao representar vozes historicamente invisibilizadas e ao converter o território em matéria simbólica. Sua figura, retomada pelo Caminho de Cora Coralina, adquire dimensão de memória e pertencimento, contribuindo para sustentar o sentido cultural do percurso e sua articulação entre literatura, natureza e educação patrimonial no território goiano.

3.2 Trilhas de longo curso no Brasil: fundamentos conceituais e comparação entre rotas

As trilhas de longo curso têm ganhado visibilidade no Brasil como modalidade de uso público do território que articula deslocamento, paisagem e experiências culturais, inserindo-se no debate sobre turismo de natureza, conservação e desenvolvimento local. No conjunto da literatura revisada, esse fenômeno é descrito como processo de organização de percursos em diferentes contextos territoriais, frequentemente associado a iniciativas institucionais e comunitárias voltadas à estruturação de rotas, à orientação do visitante e à valorização de identidades locais.

Considerando que os estudos sobre trilhas de longo curso mobilizam conceitos próximos, nem sempre de modo uniforme, este tópico organiza a síntese em duas etapas complementares. Primeiramente, apresenta-se a delimitação conceitual e os critérios operacionais que orientam a leitura do corpus e a interpretação dos achados. Em seguida, discute-se a aplicação dessa base analítica na comparação entre três rotas brasileiras selecionadas, Caminho de Cora Coralina, Caminho da Fé e Circuito Vale Europeu, destacando suas matrizes simbólicas, características territoriais e elementos recorrentes na literatura.

3.2.1 Definições conceituais e operacionais

Esta seção apresenta as definições conceituais e operacionais que orientam a leitura e a síntese dos estudos selecionados. A delimitação desses termos é necessária para assegurar coerência analítica na interpretação da literatura sobre

trilhas de longo curso, especialmente quando se articulam dimensões ambientais, culturais e territoriais.

Neste estudo, sustentabilidade territorial é compreendida como categoria analítica que relaciona sustentabilidade às formas concretas de organização do espaço e aos modos de uso do território. Nessa perspectiva, a sustentabilidade possui

Relação direta com a forma como a sociedade estrutura seu território, ou seja, são decorrência das territorialidades, o que envolve uma compreensão das relações entre cultura, natureza e história, além das relações entre homem, sociedade e natureza (Flores; Falcade, 2022, p. 194).

O que permite interpretar trilhas de longo curso como práticas territorializadas que articulam conservação ambiental, usos do espaço, dinâmicas socioculturais e arranjos institucionais.

A relação entre as indicações geográficas, sustentabilidade e desenvolvimento territorial, vem sendo trabalhada em diversos estudos sobre o tema, além de respaldadas por políticas públicas de promoção e apoio. A abordagem territorial considera o território e seus processos como unidade de análise, compreendendo-o como resultado da combinação de fatores diversos, um processo de territorialização cujas territorialidades são fortemente ligadas ao lugar, recebendo influências ao mesmo tempo que lhe dão identidade (Flores; Falcade, 2022, p. 194).

Nesse quadro, torna-se necessário delimitar o que se entende por trilha de longo curso e por trilha de curto curso, pois a própria extensão do percurso condiciona demandas de planejamento, infraestrutura e uso público. Em formulação aplicada ao contexto brasileiro, o Instituto Semeia afirma que “As trilhas de longo curso (TLCs) são aquelas que, devido a sua extensão, exigem mais de um dia de caminhada para serem concluídas” (Semeia, 2022). Já a pesquisadora Natasha afirma que: “É denominada Trilha de Longo Curso (*Long-Distance Trail*) aquela que possui mais de 100 km de extensão, cruzando e conectando unidades de conservação de diferentes categorias e esferas de governança” (Pereira, 2024, p. 23).

De modo convergente, a regulamentação federal vinculada à RedeTrilhas diferencia categorias de trilhas. Na Portaria Conjunta nº 407, de 19 de outubro de 2018, com dispositivos incluídos pela Portaria Conjunta nº 500, de 15 de setembro de 2020, “Trilha Local” é definida como “trilha que pode ser percorrida a pé em algumas horas, ou em um dia de caminhada, no máximo” (Brasil, 2018). No mesmo

dispositivo, “Trilha de Longo Curso Regional” é caracterizada como “trilha que demanda pelo menos um pernoite e no máximo vinte e oito dias de caminhada para que seja percorrida em sua totalidade” (Brasil, 2018).

Como referência comparativa internacional, a Federação Espanhola de Esportes de Montanha e Escalada, em documentação disponibilizada pelo Centro Nacional de Informação Geográfica, utiliza faixas de distância e códigos de sinalização: trilhas GR são “mais de 50 km”, PR estão “entre 10 e 50 km” e SL são “menos de 10 km”, com identificação por cores padronizadas (CNIG, 2024).

Delimitada essa base, a discussão se articula ao ecoturismo, compreendido como prática turística vinculada a ambientes naturais e condicionada a responsabilidades socioambientais e educativas. A definição revisada da *The International Ecotourism Society* estabelece ecoturismo como “*responsible travel to natural areas that conserves the environment, sustains the well-being of the local people, and involves interpretation and education*” (TIES, 2015). isto é, “viagem responsável a áreas naturais, que conserva o meio ambiente, sustenta o bem-estar das populações locais e envolve interpretação e educação” (tradução nossa). No contexto das trilhas, essa formulação é relevante por integrar conservação, bem-estar comunitário e interpretação educativa do território, dimensões associadas à sustentabilidade territorial.

Entretanto, para que tais dimensões não permaneçam apenas como enunciados normativos, a literatura aponta a necessidade de arranjos institucionais e de coordenação capazes de organizar o uso público e distribuir responsabilidades. É nesse ponto que se mobiliza a noção de governança colaborativa, adotada para designar arranjos de governança compartilhada que envolvem instituições públicas e atores sociais na condução de problemas e decisões coletivas, com ênfase em pactuação de responsabilidades e atuação em rede.

No campo da administração pública brasileira, Martins e Marini (2014) ressaltam que governar, em contextos contemporâneos, implica fortalecer mecanismos de coordenação e cooperação interorganizacional, destacando a centralidade de “governar em rede” e da colaboração entre múltiplos atores na produção de respostas públicas. Essa perspectiva orienta a leitura, no contexto das trilhas, dos modos de organização e corresponsabilidade que podem envolver associações gestoras, poder público, empreendedores e comunidades locais, sobretudo quando o percurso atravessa diferentes territorialidades.

Por fim, ao articular nesta pesquisa, ecoturismo, sustentabilidade territorial e governança, a análise reconhece que as trilhas também se configuram como oportunidade de educação ambiental não formal, pois favorecem aprendizagem fora do sistema escolar, a partir de experiências organizadas em contexto real.

Gadotti (2005) afirma que a educação não formal é “uma atividade educacional organizada e sistemática, mas levada a efeito fora do sistema formal” (Gadotti, 2005). Em trilhas de longo curso, essa dimensão pode manifestar-se na interpretação da paisagem, na sensibilização para a conservação e na incorporação de condutas responsáveis no uso público do território, em convergência com o componente educativo indicado pela definição de ecoturismo (Ties, 2015).

Desse modo, esta seção conceitual articula sustentabilidade territorial, ecoturismo, governança colaborativa e educação não formal como chaves analíticas integradas para interpretar a literatura sobre trilhas de longo curso no Brasil.

3.2.2 Entre a poesia (CCC), a fé (CF) e a memória (CVE): uma análise comparativa das trilhas

Entre essas múltiplas iniciativas, destacam-se, nesta pesquisa, três trajetórias por sua consolidação institucional e pelo reconhecimento cultural que alcançaram: o CCC - Caminho de Cora Coralina (GO), o CF - Caminho da Fé (SP/MG) e o CVE - Circuito Vale Europeu (SC).

A escolha dessas três rotas para análise comparativa justifica-se por representarem modelos distintos de articulação entre turismo, cultura e sustentabilidade: o primeiro de natureza literária e patrimonial, o segundo espiritual e devocional, e o terceiro étnico-cultural e produtivo.

O Caminho de Cora Coralina não é apenas um percurso turístico, um caminho, uma trilha, sua proposta apoia-se em uma dimensão cultural e poética ligada à memória e à obra da poetisa que inspira a trilha. Por isso, o CCC agrega ao deslocamento físico uma experiência de valorização simbólica do território, fortalecendo a cultura local. Como afirma Pereira (2024, p. 53), “Estes novos caminhos visam o fortalecimento da cultura local, além de melhorias socioeconômicas, pois aumentam os números de visitantes em diferentes áreas”. Desse modo, o CCC afirma-se como uma iniciativa que associa circulação territorial, preservação cultural e valorização das identidades locais.

Assim, o exame conjunto desses três percursos possibilita compreender como diferentes matrizes simbólicas: a poesia, a fé e a memória, referindo as três trilhas comparativas, configuram formas de desenvolvimento local e educação ambiental nas trilhas de longo curso brasileiras. Os três percursos materializam biomas e identidades regionais diversas. O Caminho de Cora Coralina, localizado no Cerrado goiano, representa uma integração entre poesia, memória e conservação ambiental, articulando literatura e paisagem como dimensões de pertencimento (Freitas, Santos, Passos, 2022; Souza, Carneiro, Santos, 2023).

O Caminho da Fé, inserido na Serra da Mantiqueira, vincula-se à espiritualidade popular, constituindo-se como rota de peregrinação inspirada no Caminho de Santiago de Compostela e voltada à experiência devocional e introspectiva (Viestel, 2024; Saldanha, 2022). Já o Circuito Vale Europeu, situado no Médio Vale do Itajaí, em Santa Catarina, emerge como percurso de cicloturismo e turismo rural, preservando a herança cultural de imigração alemã e italiana e associando o turismo à identidade étnica e à sustentabilidade produtiva (Deus; Edra, 2023).

Deus e Edra (2023) realizam um mapeamento do cicloturismo no país e evidenciam a concentração das rotas divulgadas em determinadas regiões, com destaque para circuitos estruturados e sinalizados, sobretudo no Sul e no Sudeste, ao mesmo tempo em que apontam lacunas informacionais relevantes, como a ausência de informações sobre conexões entre roteiros e possibilidades de entrada e saída intermediárias nos percursos. Em termos de análise, as autoras explicitam a assimetria entre a dimensão territorial brasileira e a baixa expressão quantitativa das rotas sinalizadas e publicizadas, sintetizando essa crítica de forma direta ao afirmarem que: “Dadas as dimensões do Brasil, o número é inexpressivo.” (Deus; Edra, 2023, p. 204).

Do ponto de vista histórico-institucional, cada trilha apresenta dinâmicas de criação singulares. O Caminho de Cora Coralina (CCC), inaugurado oficialmente em 2017, resultou de um processo coordenado entre a Goiás Turismo e a Associação Caminho de Cora Coralina (ACCC), com apoio do Programa Experiências na Natureza, sendo descrito como rota de educação patrimonial e ecoturismo literário (Goiás Turismo, 2019). No recorte empírico de roteiros efetivamente percorridos, o trabalho oferece um dado particularmente útil para sua comparação entre itinerários, pois registra a recorrência de rotas específicas, incluindo o Caminho da Fé, em

diálogo com outras referências nacionais do cicloturismo, conforme o trecho:

O levantamento em órgãos oficiais, associações, blogs e sites, acrescido dos roteiros indicados por respondentes, mapeou 30 roteiros. Destes, a rota mais realizada foi o Circuito Vale Europeu (SC), citado por 47 respondentes. Em seguida, estão o Caminho da Fé (SP) e a Estrada Real (MG), ambos com 30 respondentes (Deus; Edra, 2023, p. 217).

O Caminho da Fé (CF), criado em 2003 por iniciativa de empreendedores e comunidades religiosas, inspirou-se no Caminho de Santiago de Compostela e se consolidou sob gestão colaborativa da Associação dos Amigos do Caminho da Fé (AACF), sendo descrito na literatura como percurso com rede de hospedagens e sinalização padronizada. O Circuito Vale Europeu (CVE), implementado em 2006, foi concebido como o primeiro roteiro de cicloturismo autoguiado do Brasil, resultante da articulação entre poder público municipal, associações de turismo e comunidades locais, figurando na literatura como experiência de referência no segmento (Saldanha, 2022; Santur, 2022; Deus; Edra, 2023).

A diversidade ambiental e geográfica dos três itinerários condiciona as estratégias de sustentabilidade e de manejo apontadas na literatura, uma vez que cada rota se insere em ecossistemas específicos, com diferentes pressões antrópicas e exigências de gestão territorial. No caso do Cerrado goiano, o Caminho de Cora Coralina enfrenta desafios associados à expansão agrícola e ao adensamento urbano em áreas de influência direta do percurso, o que demanda o fortalecimento de práticas de turismo de base comunitária, bem como a valorização de arranjos locais vinculados à agricultura familiar, como forma de compatibilizar uso turístico, conservação e desenvolvimento territorial (Lima *et al.*, 2025).

Na Serra da Mantiqueira, o Caminho da Fé promove o equilíbrio entre turismo religioso e preservação das paisagens montanhosas, inserindo-se em áreas de transição da Mata Atlântica e dos Campos de Altitude. Já o Vale Europeu conjuga a recuperação de trechos florestais e a valorização dos recursos hídricos com iniciativas de economia criativa e agroecologia, apoiadas por políticas estaduais de sustentabilidade (Santur, 2022). As características históricas, geográficas e culturais das trilhas de longo curso analisadas são apresentadas na Tabela 5, que sistematiza os principais elementos comparativos e evidencia dimensões simbólicas e institucionais de cada percurso.

Tabela 5 - Caracterização comparativa das trilhas de longo curso analisadas

Trilha (UF)	Aspectos geográficos e ambientais	Expressões culturais e simbólicas	Processos históricos e de gestão	Principais referências
CAMINHO DA FÉ (SP/MG) 2003	Atravessa a Serra da Mantiqueira, integrando áreas de transição entre a Mata Atlântica e os Campos de Altitude, com forte presença de nascentes e paisagens serranas.	Expressa a religiosidade popular e a espiritualidade coletiva, sendo rota de peregrinação a pé ou de bicicleta rumo ao Santuário Nacional de Aparecida.	Inspirado no Caminho de Santiago de Compostela, foi estruturado por comunidades e empreendedores locais para oferecer suporte físico e espiritual a peregrinos. É atualmente gerido pela Associação dos Amigos do Caminho da Fé, com modelo de autogestão colaborativa.	Saldanha (2022); Viestel (2024); Deus e Edra (2023); Costantin (2023).
CAMINHO DE CORA CORALINA (GO) 2017/2018	Inserido no bioma Cerrado, apresenta elevada biodiversidade e vulnerabilidade ambiental diante da expansão agropecuária e urbana. O percurso conecta Corumbá de Goiás, Pirenópolis e a Cidade de Goiás, cruzando rios e serras históricas.	Valoriza a literatura e a memória da poetisa Cora Coralina, articulando poesia, patrimônio histórico e natureza como elementos de identidade regional e de turismo educativo.	Criado no âmbito do Programa Experiências na Natureza (Goiás Turismo), o percurso foi institucionalizado em parceria com a Associação Caminho de Cora Coralina (ACCC), que atua na manutenção e mobilização comunitária.	Freitas, Santos, Passos (2022); Souza, Carneiro, Santos, (2023); Lima et al. (2025); Saldanha (2022); Costantin (2023).
CIRCUITO VALE EUROPEU (SC) 2006	Localizado no Médio Vale do Itajaí, em meio ao bioma Mata Atlântica, composto por vales, rios e florestas secundárias. Possui alto potencial para cicloturismo e turismo de natureza.	Preserva a herança cultural germânica e italiana, visível na arquitetura enxaimel, gastronomia e festas típicas, constituindo um espaço de memória imigrante e empreendedorismo local.	Planejado como o primeiro circuito oficial de cicloturismo do Brasil, resultou da articulação entre poder público municipal, conselhos regionais e associações comunitárias, tornando-se referência em gestão integrada e turismo sustentável.	Saldanha (2022); Deus e Edra (2023); Rocha (2020); Costantin (2023).

Fonte: Elaboração própria (2025).

Sob uma perspectiva sociocultural, as três trilhas analisadas podem ser compreendidas como percursos que atribuem sentidos ao território ao articularem natureza, cultura e identidade em experiências de deslocamento. No caso do Caminho de Cora Coralina, a literatura indica que a referência à autora e ao Cerrado funciona como eixo simbólico do trajeto, de modo que o caminhar ou pedalar se associa a uma leitura cultural da paisagem e a formas de pertencimento territorial

(Passos; Freitas, 2022).

No Caminho da Fé, por sua vez, o deslocamento é descrito como peregrinação marcada por espiritualidade e autoconhecimento, constituindo-se como espaço de convivência solidária e de introspecção coletiva (Costantin, 2023). Já o Circuito Vale Europeu é associado à memória da imigração e ao patrimônio cultural regional, convertendo tradições, saberes e paisagens em elementos identitários e em atrativos turísticos de base comunitária (Costantin, 2023).

A partir dessas diferenças simbólicas e territoriais, a análise comparativa das rotas sugere que, embora possuam origens e vocações distintas, a literatura converge na identificação de eixos comuns que estruturam sua organização e sua permanência.

O primeiro eixo refere-se à governança colaborativa, sustentada pela articulação entre Estado, iniciativa privada e comunidades locais. Conforme Saldanha (2022, p. 83), “a Associação dos Amigos do Caminho da Fé (AACF) foi criada em agosto de 2003 para realizar a gestão da rota de forma transparente ao compor um conselho deliberativo representado pelas prefeituras integrantes da rota”. No mesmo estudo, o autor enfatiza o peso do monitoramento e da gestão para a estabilidade do percurso ao afirmar que “o índice geral atribuído como alto se destaca pelo índice, também alto, da temática de Monitoramento, permitindo uma variância baixa entre todos os temas investigados” (Saldanha, 2022, p. 83).

Em continuidade, o segundo eixo diz respeito à sustentabilidade territorial, entendida, no escopo desta análise, como articulação entre conservação ambiental, valorização cultural e geração de renda. Ao analisar o Circuito Vale Europeu, Saldanha (2022, p. 87) observa que “o recente reconhecimento do Circuito Vale Europeu como rota turística pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina como Lei nº 18.207/2021 demonstra a evolução da rota como produto e do cicloturismo como política pública”. Nesse enquadramento, o reconhecimento institucional é interpretado como indício de fortalecimento organizacional e de amadurecimento de políticas locais de turismo sustentável, articuladas entre municípios e consórcios intermunicipais.

Associado a esses dois eixos, o terceiro eixo refere-se à educação patrimonial e simbólica, na medida em que essas rotas também mobilizam a leitura do território como espaço de memória, identidade e experiência estética. No caso do Circuito Vale Europeu, a governança revela “a proposição existente de consolidar um

observatório de dados [...] trazendo uma perspectiva de sistematização desde a coleta de dados até a análise do mercado interno e externo” (Saldanha, 2022, p. 87), o que indica uma preocupação com qualificação do planejamento e com a produção de informações para orientar decisões e estratégias relacionadas ao percurso.

Como enfatiza Saldanha (2022, p. 88), a consolidação de suas rotas depende de “estruturas de governança que associem gestão estratégica, monitoramento e acesso”, dessa forma, a literatura permite compreender que o Caminho de Cora Coralina tende a se distinguir por enfatizar uma construção poética que integra literatura, natureza e pertencimento; o Caminho da Fé simboliza a dimensão espiritual e coletiva do caminhar; e o Circuito Vale Europeu expressa a articulação entre patrimônio cultural regional, turismo rural e cicloturismo.

Por fim, ao reunir poesia, fé e memória como matrizes simbólicas distintas, a comparação reforça que as trilhas de longo curso não se limitam a produtos turísticos, mas podem ser interpretadas como práticas territoriais que produzem reconhecimento cultural, sociabilidades e experiências de contato com a paisagem.

Ao integrar natureza, espiritualidade, trabalho e arte, essas rotas turísticas reiteram o potencial das trilhas de longo curso como espaços de formação, do esporte, de cultura e de leitura do território, nos quais o ato de caminhar pode assumir sentidos estéticos, identitários e educativos.

3.3 Entraves estruturais e governança compartilhada na sustentabilidade de trilhas de longo curso no Brasil

A consolidação das trilhas de longo curso no Brasil tem sido descrita na literatura como um processo atravessado por desafios que se expressam, sobretudo, no ordenamento do uso público e na capacidade de conciliar a visitação com a conservação ambiental e com as dinâmicas socioculturais dos territórios percorridos.

Em termos recorrentes, os estudos apontam entraves relacionados à infraestrutura de apoio, à segurança e à sinalização, bem como à coordenação entre atores e instituições envolvidos na gestão das rotas, especialmente em contextos de múltiplos usos do território (Mendonça, 2017; Costantin, 2023; Rocha, 2020; Vale Júnior, 2019).

Nessa direção, Mendonça (2017) enfatiza que os desafios enfrentados pelo

cicloturismo, por exemplo, em trilhas de longo curso no Brasil decorrem, em grande parte, da ausência de infraestrutura adequada e da limitação das políticas públicas voltadas ao uso turístico sustentável dos espaços naturais.

Em seu estudo, o autor observa que,

Os fatores de maior importância para os respondentes relacionados ao planejamento de uma cicloturagem são cenários e paisagens, atrativos naturais e culturais, segurança pública, segurança das estradas, existência de áreas naturais protegidas e receptividade da população local (Mendonça, 2017, p. 81).

Entretanto, o pesquisador ressalta que “causa um certo estranhamento o fato da variável ‘estrutura cicloviária’ não estar entre os itens considerados de maior importância”, o que ele interpreta como reflexo “da carência de infraestrutura cicloviária de um modo geral no Brasil e [da] experiência dos cicloturistas respondentes, que já estariam acostumados a esse cenário” (Mendonça, 2017, p. 81).

A partir dessa constatação, sustento que a sustentabilidade dessas rotas deve fundamentar-se em planejamento territorial participativo, capaz de articular turismo, conservação ambiental e dinâmicas comunitárias, com os Municípios e o Estado desempenhando papel mediador entre sociedade civil e iniciativa privada.

A carência de infraestrutura e a insuficiência de políticas estruturantes também são assinaladas por Costantin (2023), em seu estudo sobre o cicloturismo no Caminho Missão Cruels, no entorno do Distrito Federal. A autora destaca que:

A demarcação do Caminho Missão Cruels surge da necessidade de integração de roteiros nacionais com o intuito de fomentar economicamente as regiões sul e sudoeste do Distrito Federal, com foco nas cidades goianas do entorno, que apresentam infraestrutura turística adequada (Costantin, 2023, p. 31).

A pesquisadora observa que a infraestrutura existente nas rotas goianas, apesar de favorecer o turismo, ainda carece de integração e de manutenção contínua, sendo necessário “repensar as vias utilizadas, a sinalização e a qualidade dos acessos, de forma a garantir segurança, conforto e atratividade aos cicloturistas e caminhantes” (Costantin, 2023, p. 43), Isto é, em muitas trilhas, certas ações como estas de estrutura, segurança e serviços começam a funcionar mas tornam-se precários e/ou faltosos com o passar do tempo. Na seção “Infraestrutura e vias”, a autora aprofunda essa discussão ao indicar que, embora o traçado contemple

regiões com potencial turístico expressivo, persistem deficiências em pavimentação, sinalização e serviços de apoio, fatores que comprometem a experiência dos visitantes e a segurança do percurso.

Nesse sentido, Taís Constantin, em seu trabalho sobre *Cicloturismo no Caminho Missão Cruls*, ressalta que “O ciclovijante tem a oportunidade na observação das paisagens, estradas e o cotidiano do homem do campo, com as particularidades do povo goiano, ao interagir com os moradores locais, apreciar o ambiente, a ruralidade e cultura dos lugarejos” (Constantin, 2023, p. 43). Dessa forma, uma infraestrutura que atenda aos turistas mostra-se imprescindível para a experiência e a popularidade das rotas para que continuem com um número razoável de turistas, o que ocasiona continuidade do turismo, economia e recursos para a região. De modo geral, Constantin (2023) argumenta que ações que podem contribuir para o fortalecimento dessas rotas, depende da integração entre planejamento territorial, participação comunitária e valorização do patrimônio natural e cultural, ressaltando que a sustentabilidade requer envolvimento efetivo das populações locais nas etapas de implantação e gestão das trilhas.

A autora também sublinha a importância de processos contínuos de formação e capacitação de agentes locais, pois, sem esse investimento, tende a ser mais difícil consolidar práticas de acolhimento, orientar condutas responsáveis no percurso e sustentar rotinas de manejo e manutenção associadas ao turismo em ambiente natural (Constantin, 2023). Essa ênfase amplia o entendimento de sustentabilidade ao incorporar dimensões sociais e educativas que ultrapassam o enfoque estritamente ambiental, articulando preservação, empoderamento e desenvolvimento territorial no contexto turístico local.

No entanto, ao lado desses desafios de infraestrutura, integração e qualificação de atores, a literatura também evidencia que a sustentabilidade das rotas é condicionada por escolhas institucionais relacionadas ao ordenamento do uso público, especialmente quando os percursos atravessam áreas protegidas. Nesses casos, a gestão do turismo passa a depender não apenas de melhorias materiais e de participação comunitária, mas também de instrumentos formais de governança, como regras de visitação, planos de manejo e modelos de prestação de serviços.

É nessa direção que Rocha (2020), ao examinar contratos de concessão de serviços de uso público em unidades de conservação, desloca a discussão para a

interface entre infraestrutura turística, manejo da visitação e salvaguardas ambientais. A autora observa que “a falta de infraestrutura de apoio e manejo correto da visitação trazem prejuízos para os ecossistemas, bem como ameaçam a segurança dos turistas” (Rocha, 2020, p. 1), explicitando a tensão entre a expansão do turismo em áreas protegidas e a preservação efetiva da biodiversidade.

Rocha acrescenta que “os contratos de concessão para prestação de serviços em UCs devem ser bem estruturados para evitar o descumprimento das metas de preservação da biodiversidade” (Rocha, 2020, p. 13). Nessa perspectiva, a autora enfatiza que as atividades turísticas precisam estar previstas no plano de manejo e submetidas a parâmetros rigorosos de qualidade ambiental, de modo que a governança do uso público integre, simultaneamente, a proteção dos ecossistemas, a segurança e a qualidade da experiência dos visitantes, bem como os impactos e benefícios sobre as comunidades do entorno.

A pesquisadora ainda destaca que:

Uma parte da arrecadação financeira das concessões nos PARNAS é voltada para o governo e a outra parte para a administração da visitação da UC, não sendo investido nenhuma quantia em ações efetivas para conservação dos ecossistemas ou estudos de impactos da visitação, apontando uma grande falha desse mecanismo (Rocha, 2020, p. 14)

Tal diagnóstico evidencia que, embora as concessões possam contribuir para a estruturação de serviços e para a organização do fluxo de visitantes, permanecem desafios relacionados ao alinhamento entre receita gerada, investimentos em conservação e mecanismos de monitoramento e fiscalização. Por essa razão, Rocha (2020) assinala que “as concessões em áreas naturais públicas dividem opiniões [...] há uma grande preocupação em relação à implementação e à fiscalização destas atividades” (Rocha, 2020, p. 1). Sua análise reforça que a sustentabilidade ambiental não pode se restringir à lógica de rentabilidade, devendo pautar-se por “estudos a respeito da viabilidade, necessidade e coerência das concessões de serviços em parques nacionais” (Rocha, 2020, p. 1).

À luz dos entraves e as tensões entre ampliação do uso público e salvaguardas ambientais, torna-se pertinente explicitar como a literatura institucional sobre Trilhas de Longo Curso justifica a expansão dessas rotas e, simultaneamente, por que enfatiza a necessidade de coordenação e responsabilidades na sua implementação. De modo recorrente, tais trilhas são apresentadas como iniciativas

cujos benefícios extrapolam o âmbito estritamente recreativo, abrangendo conservação, bem-estar e dinamização socioeconômica.

No plano da conservação, a Rede Brasileira de Trilhas afirma que a proteção de ecossistemas constitui um dos motores do movimento e que atua para que Estado e sociedade reconheçam essas rotas como “ferramenta estratégica de conservação da diversidade biológica e dos serviços ecossistêmicos” ao longo dos territórios por onde passam (Rede Brasileira de Trilhas, 2024). No mesmo documento institucional, a entidade explicita eixos que incluem recreação e benefícios associados ao uso público, referindo-se às trilhas como “equipamento de recreação e lazer”, o que reforça que sua finalidade não se limita ao esporte, mas envolve funções públicas mais amplas (Rede Brasileira de Trilhas, 2024).

Essa combinação de finalidades, conservação e uso público, contribui para compreender por que a governança se torna elemento estruturante: objetivos múltiplos tendem a exigir coordenação de responsabilidades, pactuação de regras e integração de atores ao longo do percurso.

Nessa direção, o documento associa a conectividade promovida pelas trilhas ao papel das unidades de conservação e ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação, ao enfatizar que o uso público envolve educação e interpretação ambiental, recreação em contato com a natureza e turismo ecológico, compondo uma agenda que requer organização e manejo (Rede Brasileira de Trilhas, 2024). Além disso, ao registrar o princípio de “apoio e cooperação” entre organizações não governamentais, setor privado e pessoas físicas para atividades de gestão, o texto institucional reforça que a operacionalização dessas rotas se apoia em arranjos cooperativos que não se reduzem à atuação isolada do Estado (Rede Brasileira de Trilhas, 2024).

Esse argumento se adensa quando a Rede explicita que as Trilhas de Longo Curso “criam então um ambiente de integração entre a União, os Estados da Federação e as Prefeituras Municipais” e identifica como desafio a “pouca integração entre as esferas administrativas”, sugerindo a necessidade de articulação contínua entre entes públicos e atores sociais para monitorar e implementar as trilhas como ferramenta do sistema (Rede Brasileira de Trilhas, 2024).

No caso do Caminho de Cora Coralina, a governança compartilhada aparece de forma concreta na arquitetura organizacional e no modo de estruturação do percurso. A página institucional da Rede Brasileira de Trilhas sobre o CCC registra a

existência de uma instância associativa vinculada à rota e descreve o itinerário como trilha regional estruturada para caminhantes e ciclistas, com base em articulação territorial e institucional. Em termos de governança mais ampla, o texto “Quem somos” da Rede indica que as trilhas componentes possuem “governança, estratégia de implementação e manutenção próprias” e que são autônomas, enquanto, em nível nacional, há coordenação por diretoria para agendas temáticas transversais, o que delimita um arranjo de governança em múltiplas escalas, local e nacional (Rede Brasileira de Trilhas, 2024).

Freitas *et al.* (2022) ressaltam que o planejamento do Caminho de Cora Coralina buscou incorporar comunidades menos centrais no circuito turístico, valorizando distritos municipais pouco visitados e fazendas produtoras, ampliando a dimensão territorial e socioeconômica do itinerário. Além disso, os autores enfatizam investimentos conjuntos entre a associação gestora e o Governo de Goiás em ferramentas e tecnologias voltadas ao registro da viagem e à comunicação do peregrino, qualificando a experiência e favorecendo condições de suporte ao longo do percurso. Conforme afirmam:

O Caminho de Cora Coralina, durante seu planejamento, prezou por dar destaque também às comunidades mais afastadas, como distritos municipais menos visitados e também fazendas produtoras, fortalecendo ainda mais estas regiões. Com o intuito de incrementar a experiência do peregrino, a Associação que mantém o Caminho de Cora Coralina e o Governo do Estado de Goiás têm investido em ferramentas e tecnologias para registro da viagem e possibilidade de comunicação pelos peregrinos durante a realização do percurso (Freitas et al, 2022, p. 396).

O excerto evidencia duas implicações relevantes para a sustentabilidade de trilhas de longo curso. Em primeiro lugar, a incorporação de distritos menos visitados e de unidades produtivas rurais sugere um desenho territorial orientado à ampliação de benefícios socioeconômicos e à valorização de territorialidades frequentemente periféricas, favorecendo a distribuição de oportunidades ao longo do itinerário.

Em segundo lugar, os investimentos em ferramentas de registro e comunicação, viabilizados pela atuação conjunta entre associação gestora e Governo estadual, indicam um esforço de qualificação do uso público que dialoga com entraves recorrentes apontados na literatura, como segurança, suporte ao visitante e infraestrutura de apoio. Nesse sentido, a experiência do CCC reforça que a governança compartilhada não se restringe à formalização institucional, mas se materializa em ações cooperativas concretas que fortalecem a continuidade e a

confiabilidade da rota.

Nessa mesma direção, Lima *et al.* (2025) evidenciam que a relação entre turismo sustentável e conservação ambiental, no contexto do CCC, torna-se ainda mais sensível pela presença de unidades de conservação atravessadas pelo itinerário, o que aumenta a necessidade de práticas produtivas e turísticas de baixo impacto. Conforme assinalam os autores:

A relação entre o turismo sustentável e a conservação ambiental também merece destaque no contexto do Caminho de Cora Coralina. A trilha passa por três unidades de conservação ambiental –o Parque Estadual da Serra dos Pirineus, o Parque Estadual da Serra de Jaraguá e parte do Parque Estadual da Serra Dourada–, o que reforça a necessidade de práticas agrícolas que minimizem impactos negativos ao meio ambiente (Lima *et al.*, 2025, p. 7).

Assim, o trecho sustenta, no plano analítico, a compreensão de que a governança do caminho e as estratégias de sustentabilidade precisam articular conservação ambiental, ordenamento do uso do território e incentivo a práticas socioeconômicas compatíveis com a proteção do Cerrado.

Quanto às rotas comparativas, o Caminho da Fé é associado, no âmbito da Rede Nacional, à Associação dos Amigos do Caminho da Fé (AACF), indicada como entidade vinculada ao percurso (Rede Brasileira de Trilhas, 2024). Em documento próprio, a AACF apresenta sua estrutura institucional e registra que a associação “subsidiaria todo o funcionamento da rota”, no contexto do relacionamento com empresas, peregrinos e poder público (AACF, 2022). Complementarmente, o Ministério do Turismo se refere à AACF como entidade que administra o roteiro, ao tratar de ações e comunicações relativas ao Caminho da Fé (Brasil, 2022).

Já no Circuito Vale Europeu, a literatura institucional aponta uma governança regional vinculada ao Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí (CIMVI). Em publicação da Confederação Nacional de Municípios, afirma-se que, “dentre os serviços prestados pelo CIMVI está a gestão do turismo da região do Vale Europeu” e que, entre as ações, está “a criação da Rota Turística do Circuito Vale Europeu Catarinense de Cicloturismo (...) e de Caminhantes”, com menção explícita a modelo de governança para promover a gestão da rota (CNM, 2023). No plano operacional, o portal do Vale Europeu Catarinense descreve os circuitos como autoguiados e sinalizados, reforçando que a estruturação da rota envolve padronização e orientação do usuário, aspectos que tendem a demandar

coordenação regional para manutenção e informação ao visitante (Vale Europeu Catarinense, 2025).

Retomando a discussão dos entraves apontados na literatura acadêmica, observa-se que os desafios à sustentabilidade das trilhas de longo curso no Brasil se distribuem entre dimensões ambientais, sociais e culturais, mas tendem a convergir em obstáculos recorrentes de ordem estrutural e institucional. Em comum, os estudos indicam que infraestrutura precária, fragilidade de coordenação e descontinuidade de políticas setoriais comprometem a consolidação de rotas orientadas por princípios de uso público responsável e de desenvolvimento territorial, especialmente quando se pretende articular conservação, visitação e participação local (Mendonça, 2017; Costantin, 2023; Rocha, 2020; Vale Júnior, 2019).

Nesse contexto, Vale Júnior (2019) identifica que a precariedade da infraestrutura e a ausência de políticas coordenadas limitam o potencial do cicloturismo como vetor de desenvolvimento regional sustentável. O autor reconhece que “o produto turístico é a soma dos atrativos turísticos com os serviços e equipamentos turísticos, mais a infraestrutura de apoio ao turismo” (Vale Júnior, 2019, p. 71), destacando que o êxito de uma rota depende tanto da qualidade ambiental e paisagística quanto das condições materiais de acesso e hospitalidade.

Nesse quadro comparativo, tanto o Caminho da Fé quanto o Circuito Vale Europeu evidenciam mecanismos colaborativos que podem contribuir para a consolidação de outras trilhas de longo curso no Brasil. No Caminho da Fé, destaca-se a presença de uma associação gestora que organiza o funcionamento do percurso e se relaciona com peregrinos, poder público e parceiros, favorecendo continuidade administrativa e pactuação de responsabilidades ao longo da rota (AACF, 2022; Brasil, 2022).

No Vale Europeu, a governança regional articulada pelo CIMVI, associada à criação e gestão de rotas sinalizadas e autoguiadas, indica a relevância de consórcios intermunicipais e instâncias regionais para coordenar padronização, informação ao usuário e estruturação do produto turístico em escala territorial ampliada (CNM, 2023; Vale Europeu Catarinense, 2025).

De modo convergente, essas experiências reforçam que a sustentabilidade das trilhas tende a se fortalecer quando há coordenação estável entre municípios, atores comunitários e instituições gestoras, especialmente para organizar

manutenção, sinalização, regras de uso público e integração de serviços de apoio.

Assim, os exemplos comparativos ajudam a explicitar que a resposta aos entraves de infraestrutura, segurança e descontinuidade institucional passa, com frequência, pela construção de arranjos cooperativos capazes de distribuir funções e sustentar rotinas de gestão ao longo do tempo.

Sem infraestrutura adequada, o turismo tende a tornar-se mais vulnerável à sazonalidade e a impactos negativos, sobretudo em áreas de grande valor ecológico e patrimonial. Nessa perspectiva, a efetividade das rotas demanda governança capaz de integrar poder público, comunidades locais e atores econômicos que sustentam a experiência do visitante ao longo do percurso, como serviços de apoio, comércio local, meios de hospedagem e propriedades atravessadas pelo trajeto. Trata-se de articulação necessária para ordenar o uso público, distribuir responsabilidades e compatibilizar visitação, conservação e dinâmicas territoriais.

Ao mesmo tempo, Vale Júnior (2019) enfatiza que, quando estruturadas de modo consistente, as rotas podem produzir efeitos socioeconômicos e culturais relevantes, articulando dinamização econômica, fortalecimento comunitário e salvaguardas ambientais. Em suas palavras, tais experiências favorecem:

Diversificação da economia regional e incremento do mercado com a criação de micro e pequenos negócios [...] geração de empregos e demanda pela qualificação profissional [...] fixação da população no local e fortalecimento de vínculos comunitários, evitando o êxodo rural [...] valorização da herança cultural, material e imaterial [...] intercâmbio cultural entre moradores e visitantes [...] conservação do patrimônio histórico e da biodiversidade [...] e aumento da consciência da população local e dos turistas sobre a necessidade de proteção do meio ambiente” (Vale Júnior, 2019, p. 25).

A abrangência desses efeitos permite compreender que a sustentabilidade territorial das rotas não se limita à dimensão ecológica, pois envolve, simultaneamente, estratégias de desenvolvimento territorial, fortalecimento de vínculos sociais e valorização de patrimônios locais.

Nessa direção, a literatura converge ao indicar que o turismo de base comunitária, quando associado a processos participativos e educativos, tende a operar como instrumento de coesão social, geração de renda e consolidação da identidade territorial. Em consonância com esse argumento, Costantin (2023) sustenta que a sustentabilidade das rotas depende do envolvimento comunitário em todas as etapas do processo, da formulação à manutenção, ressaltando que a

apropriação social do território constitui condição determinante para o êxito dessas experiências.

A dimensão educativa, por sua vez, aparece como componente transversal capaz de qualificar tanto a participação quanto a própria orientação do uso público em trilhas e rotas. Nesse recorte, Vieira analisa o uso da obra de Cora Coralina como recurso educacional para promover sensibilização e engajamento discente em questões ambientais, com foco no bioma Cerrado, articulando literatura regional, território e Educação Ambiental (Vieira, 2024, p. 15).

Em vista disso, o autor indica o potencial da obra de Cora Coralina como ferramenta educacional para sensibilizar e engajar estudantes em questões ambientais e aponta a pertinência da sequência didática para promover reflexão crítica e interesse pela conservação (Vieira, 2024, p. 15).

No âmbito do Caminho de Cora Coralina, a associação entre literatura e trilha pode ser compreendida como prática de mediação cultural e educativa do território, na medida em que o percurso incorpora referências textuais da autora em elementos de comunicação com o visitante, como placas com trechos de poemas e materiais informativos em pontos de parada. Essa integração tende a ampliar a experiência do caminhante para além do deslocamento físico, estimulando interesse pelo contexto histórico-cultural e pelas referências simbólicas que sustentam o próprio nome da rota.

Essa mesma orientação é reforçada por Mendonça (2017), ao enfatizar que o turismo sustentável requer planejamento territorial participativo, capaz de integrar dimensões econômicas, ambientais e culturais. Em conjunto, os estudos mobilizados indicam que empoderamento local, capacitação técnica e educação ambiental são componentes centrais de uma sustentabilidade que ultrapassa a gestão ecológica, incorporando valores associados à cidadania, à solidariedade e à justiça socioambiental.

A partir dessa síntese, a análise integrada sugere que os desafios à sustentabilidade das trilhas de longo curso brasileiras não se restringem a aspectos técnicos e ambientais, mas envolvem também coordenação institucional, participação social e continuidade de políticas públicas. Quando concebidas como espaços educativos e simbólicos, as trilhas podem favorecer a aproximação entre visitantes e território, o fortalecimento de vínculos comunitários e o reconhecimento de identidades locais, reforçando a compreensão de que o turismo pode ser

simultaneamente prática econômica, cultural e pedagógica, constituindo um processo de valorização do território associado ao desenvolvimento endógeno e à preservação da biodiversidade.

Nessa perspectiva, as trilhas de longo curso podem ser interpretadas como laboratórios de sustentabilidade, nos quais se articulam conservação, ações educativas e dinâmicas econômicas de base local. Sua consolidação depende da continuidade das políticas públicas, do fortalecimento institucional e da inclusão das populações locais como protagonistas das decisões. O desafio maior, portanto, reside em orientar o caminhar como prática territorial responsável, isto é, um exercício de cidadania ambiental que reconhece o território não apenas como paisagem, mas como herança viva, lugar de memória e projeto de futuro.

Em vista disso, a revisão bibliográfica integrativa aqui realizada evidencia, como resultado central, que a sustentabilidade territorial em trilhas de longo curso, depende menos de um fator isolado e mais da capacidade de instituir governança compartilhada em múltiplas escalas. Essa governança envolve coordenação de infraestrutura, sinalização, segurança, manejo e regras de uso público, além da compatibilização entre conservação ambiental, usos do território e interesses locais em contextos que articulam áreas públicas e privadas.

Nessa direção, a literatura analisada indica que o potencial do CCC como referência de ecoturismo territorial sustentável se fortalece quando há coordenação entre Estado, associação gestora e comunidades do entorno, com participação efetiva dos atores locais na organização do percurso e na distribuição de responsabilidades associadas à visita.

Em comparação a outras experiências brasileiras de trilhas de longo curso, o Caminho de Cora Coralina configura-se como rota em consolidação, cuja identidade literária e patrimonial constitui vantagem simbólica, mas cuja estabilidade depende de mecanismos de governança e de ordenamento do uso público semelhantes aos observados em trajetórias mais maduras.

Correções4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura examinada convergiu em apresentar o CCC como uma trilha de longo curso cuja singularidade decorre da sobreposição entre território, paisagem do Cerrado e patrimônio cultural vinculado à memória de Cora Coralina. Nesse enquadramento, a sustentabilidade territorial foi tratada como resultado de relações entre conservação ambiental, usos do espaço, organização do uso público e modos de coordenação entre atores, aproximando o Caminho de debates contemporâneos do ecoturismo voltados à compatibilização entre experiência turística, proteção ambiental e dinamização de iniciativas locais.

Os estudos e documentos consultados evidenciaram, de um lado, um conjunto de potencialidades associado à valorização simbólica do percurso, à mobilização de redes de apoio e hospitalidade e à circulação de serviços e produtos vinculados à experiência do caminhante. De outro, apontaram obstáculos persistentes que condicionam a consolidação do Caminho sob parâmetros de sustentabilidade territorial, com destaque para assimetrias de infraestrutura entre trechos, necessidade de sinalização consistente, desafios de manejo de impactos associados à visitação e tensões relacionadas à travessia de propriedades privadas, as quais exigem pactos de acesso e corresponsabilidade.

À luz desses achados, recomenda-se fortalecer rotinas de coordenação e comunicação entre associação gestora, municípios e atores locais; manter e padronizar sinalização e instrumentos de orientação ao visitante; instituir registro contínuo de fluxo e pontos críticos para subsidiar decisões de ordenamento; qualificar pontos de apoio e serviços de base local em trechos menos estruturados; e estabelecer acordos claros para passagem e boas práticas em áreas privadas, reduzindo conflitos e favorecendo previsibilidade logística. Em conjunto, tais medidas sugestivas podem responder a fragilidades recorrentes apontadas na literatura e tendem a ampliar a coerência entre conservação do Cerrado, valorização cultural do percurso e desenvolvimento local associado ao turismo de natureza.

Portanto, conclui-se que a sustentabilidade territorial não se realiza por uma única dimensão, mas pela combinação de componentes ambientais, culturais, organizacionais e institucionais, especialmente em percursos que atravessam territorialidades distintas e múltiplos regimes de uso da terra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO CAMINHO DE CORA CORALINA (ACCC). **Relatórios, boletins e materiais de divulgação institucional**. ACCC, s.d. Disponível em: <https://caminhodecoracoralina.com.br/>. Acesso Set. 2025.

ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO CAMINHO DA FÉ (AACF). **Manual de Normas e Procedimentos**: Relacionamento da Associação dos Amigos do Caminho da Fé com Empresas, Peregrinos e Poder Público. 2022. Disponível em: <https://caminhodafe.com.br/ptbr/wp-content/uploads/2022/02/MANUAL-DE-NORMAS-E-PROCEDIMENTO-versao-final-07-02-22.pdf>. Acesso em: Ago. 2025.

ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO CAMINHO DA FÉ. **Relatórios de gestão e dados estatísticos**. Associação dos Amigos do Caminho da Fé, s.d. Disponível em: <https://caminhodafe.com.br/ptbr/>. Acesso Set. 2025.

BENI, Mário Carlos. **Turismo**: da economia de serviços à economia da experiência. 2. ed. São Paulo: Senac, 2019.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Cartilha RedeTrilhas**. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade-e-biomas/gestao-integrada-de-paisagem/rede-trilhas/cartilha-redetrilhas-digital-final.pdf>. Acesso em: Ago. 2025.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Em novembro, Caminho da Fé vira Caminho Azul**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/em-novembro-caminho-da-fe-vira-caminho-azul>. Acesso em: Ago. 2025.

BRASIL. **Portaria Conjunta nº 407, de 19 de outubro de 2018**. Institui a Rede Nacional de Trilhas de Longo Curso e Conectividade (RedeTrilhas). Inclui definições com redação inserida pela Portaria Conjunta nº 500, de 15 de setembro de 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade-e-biomas/gestao-integrada-de-paisagem/rede-trilhas>. Acesso em: Ago. 2025.

BRASIL. **Portaria Conjunta nº 500, de 15 de setembro de 2020**. Define critérios previstos no art. 3º da Portaria Conjunta nº 407/2018 (RedeTrilhas). Disponível em: (página web). Acesso em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/atos-normativos-2/2020/portaria-conjunta-no-500-de-15-de-setembro-de-2020>. Acesso em: Ago. 2025.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano nacional de turismo 2024-2027**. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/planos/plano-nacional-do-turismo/PLANONACIONALDETURISMOV431.10PORTAL.pdf>. Acesso Ago. 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística (IBGE). **Estatísticas oficiais e bases geográficas**. Rio de Janeiro: IBGE, s.d. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso Ago. 2025.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. **Manual de sinalização de trilhas**. 3. ed. Brasília, DF: MMA/ICMBio, 2023. Disponível em:

<https://www.icmbio.gov.br>. Acesso Set. 2025.

CAMINHO DE CORA CORALINA. **História**. [S. l.]: Associação Caminho de Cora Coralina, 2025. Disponível em: <https://caminhodecoracoralina.com.br/historia/>. Acesso em Jun. de 2025.

CNIG. Centro Nacional de Información Geográfica. Senderos **FEDME**. 2024. Disponível em: (página web). Acesso em: <https://centrodedescargas.cnig.es/CentroDescargas/senderos-fedme>. Acesso em Set. 2025.

CNM. **Consórcios Públicos Intermunicipais: estratégias para o desenvolvimento turístico integrado**. 2023. Disponível em: https://cnm.org.br/storage/biblioteca/2023/Livros/2023_LIV_CONSPUB_Estrategias_Desenvolvimento_Turistico.pdf. Acesso em: 22 Nov. 2025.

COSTANTIN, Thaís. **Cicloturismo no Caminho Missão Cruls: análise e propostas**. 2023. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2023. Disponível em: <https://repositorio.pgsscogna.com.br/handle/123456789/67373>. Acesso em: Nov. 2025.

DEUS, Fernanda Monteiro Lobão De; EDRA, Fátima Priscila Morela. **Cenário do cicloturismo brasileiro: publicações, divulgações e roteiros**. **PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review**, 2023. DOI: 10.5585/podium.v12i2.21774. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/podium/article/view/e21744>. Acesso em Ago. 2025.

FLORES, Shana Sabbado; FALCADE, Ivanira. **Sustentabilidade territorial e indicações geográficas: uma proposta de fatores para avaliação de oportunidades e barreiras nas IGs**. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 2022. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/6146/1215>. Acesso em: Ago. 2025.

FREITAS, Luciana Menezes de; SANTOS, Patrícia Martins dos; PASSOS, Lisandra Lavoura Carvalho. **Notas históricas sobre o Caminho de Cora Coralina: entre patrimônio, turismo e paisagem cultural**. **Caderno de Pesquisa**, v. 227, n. 8, p. 382-389, jan./jun. 2022. Disponível em: <https://revistanotashistoricasygeograficas.cl/carga/wp-content/uploads/2021/11/20-Freitas-et-al-Notas-Historicas-Enero-Junio-2022.pdf>. Acesso em Ago. 2025.

FREITAS, Guilherme Henrique de; PEREIRA, Natasha Sophie; SOUZA, Eduardo Ferreira de; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; OLIVEIRA-SILVA, Iransé. **Caminho de Cora Coralina: revisão literária sobre o uso de tecnologia em uma rota histórica no cerrado brasileiro**. *Revista Notas Históricas y Geográficas*, n. 28, p. 384-400, jan./jun. 2022. Disponível em: <https://revistanotashistoricasygeograficas.cl/carga/wp-content/uploads/2021/11/20-Freitas-et-al-Notas-Historicas-Enero-Junio-2022.pdf>. Acesso em Dez. 2025.

GADOTTI, Moacir. **A questão da educação formal/não-formal**. In: *INSTITUT INTERNATIONAL DES DROITS DE L'ENFANT (IDE). Droit à l'éducation: solution à*

tous les problèmes ou problème sans solution? Sion (Suisse), 18-22 out. 2005. Disponível em: <file:///C:/Users/55629/Downloads/GADOTTI,%20M.%20A%20quest%C3%A3o%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20formal,%20n%C3%A3o-formal.pdf>. Acesso em: dez. 2025.

GOIÁS TURISMO. **Inventário Turístico do Caminho de Cora Coralina**. Goiânia: Agência Estadual de Turismo de Goiás, 2019. Disponível em: <https://www.goiasturismo.go.gov.br>. Acesso Ago. 2025.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Secretaria de Estado do Turismo. Relatórios técnicos e guias de rotas do Circuito Vale Europeu (CVE)**. Florianópolis, SC: SETUR/SC, s.d. Disponível em: <https://www.turismo.sc.gov.br>. Acesso Set. 2025.

GREYNET INTERNATIONAL. Luxembourg Convention on Grey Literature. Luxembourg: **GreyNet**, 1997. Disponível em: <https://www.greynet.org/>. Acesso em Jun. de 2025.

LIMA, Henrique Valle de. *et, al.* O impacto da agricultura familiar através do Caminho de Cora Coralina: pilares do desenvolvimento sustentável e da valorização cultural no estado de Goiás. **Caderno Pedagógico**, 2025. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/17470>. Acesso em Ago. 2025.

LIMA, Ricardo de Souza. **Cora Coralina e o ecoturismo cultural em Goiás**. Revista Turismo em Análise, São Paulo, v. 29, n. 3, p. 443-465, 2018.

MARTINS, Humberto Falcão; MARINI, Caio. **Governança pública contemporânea: uma tentativa de dissecação conceitual**. Revista do TCU, Brasília, n. 130, p. 42-53, 2014. Disponível em: <https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/article/view/40/35>. Acesso em: dez. 2025.

MENDONÇA, Diego Pinto de. **Caminho de Cora Coralina em Goiás: significados, usos e relações sociais**. 2021. 166 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Câmpus Cora Coralina, Universidade Estadual de Goiás, Goiás, GO, 2021. Disponível em: <https://www.bdttd.ueg.br/handle/tede/811>. Acesso em Ago. 2025.

MENDONÇA, Juliano Borghi de. **Desafios, oportunidades e recomendações para o fomento ao cicloturismo nas Costas do Cacau e Descobrimento – Sul da Bahia**. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2017. Disponível em: <https://www.escas.org.br/wp-content/uploads/2023/09/DESAFIOS-OPORTUNIDADES-E-RECOMENDACOES-PARA-O-FOMENTO-AO-CICLOTURISMO-NAS-COSTAS-DO-CACAU-E-DESCOBRIMENTO-SUL-DA-BAHIA.pdf>. Acesso em Ago. 2025.

OLIVEIRA, Ana Paula; SILVA, José Carlos. **Governança e participação social em unidades de conservação: estudo de caso em trilhas ecológicas**. Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 45-63, 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 22 jan. 2026.

PASSOS, Lisandra Lavoura Carvalho. **O caminho de Cora Coralina**. *IFG Faz Ciência*, Reportagem 5. Goiânia: Instituto Federal de Goiás (IFG), 2024. Disponível em: [https://www.fjf.edu.br/attachments/article/40564/IFG_Faz_C%3A%20Ancia-O-Caminho-de-Cora-Coralina_Download_compressed%20\(201\).pdf](https://www.fjf.edu.br/attachments/article/40564/IFG_Faz_C%3A%20Ancia-O-Caminho-de-Cora-Coralina_Download_compressed%20(201).pdf). Acesso em Jul. 2025.

PASSOS, Lisandra Lavoura Carvalho; FREITAS, Carla Conti de. Hospitalidade no empreendedorismo feminino: atuação das mulheres anfitriãs em povoados goianos do caminho de cora coralina. **Cadernos CERU**, São Paulo, Brasil, v. 33, n. 2, p. 168–189, 2022. DOI: [10.11606/issn.2595-2536.v33i2p168-189](https://doi.org/10.11606/issn.2595-2536.v33i2p168-189). Disponível em: <https://revistas.usp.br/ceru/article/view/207105>. Acesso em: 6 fev. 2026.

PEREIRA, Natasha Sophie. **Inovação tecnológica no Caminho de Cora Coralina: digitalização do passaporte para impulsionar o turismo sustentável, histórico e ecológico**. 2024. 194 f. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais) – Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente, Universidade Evangélica de Goiás, Anápolis, 2024. Disponível em: <http://repositorio.aee.edu.br/bitstream/aee/23182/1/12%20%20-%20Natasha%20Sophie%20Pereira%20%20-%20TESE%20Final%20de%20Doutorado.pdf>. Acesso em Set. 2025.

PASSOS, Lisandra Lavoura Carvalho. **O caminho de Cora Coralina**. *IFG Faz Ciência*, Reportagem 5. Goiânia: Instituto Federal de Goiás (IFG), 2024. Disponível em: [https://www.fjf.edu.br/attachments/article/40564/IFG_Faz_C%3A%20Ancia-O-Caminho-de-Cora-Coralina_Download_compressed%20\(201\).pdf](https://www.fjf.edu.br/attachments/article/40564/IFG_Faz_C%3A%20Ancia-O-Caminho-de-Cora-Coralina_Download_compressed%20(201).pdf). Acesso em Jul. 2025.

REDE BRASILEIRA DE TRILHAS. **Site oficial**. s.l.: Rede Brasileira de Trilhas, s.d. Disponível em: <https://www.redetrilhas.org.br>. Acesso em Jul. 2025.

ROCHA, Geórgia Vitória Vieira. **Panorama da concessão de serviços de uso público à iniciativa privada em Parques Nacionais**. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/8723>. Acesso em Jul. 2025.

RODRIGUES, Cláudia Cristina. **Turismo sustentável e trilhas de longo curso: potencialidades e desafios no Brasil**. 2020. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020.

REDE BRASILEIRA DE TRILHAS. **Site oficial**. s.l.: Rede Brasileira de Trilhas, s.d. Disponível em: <https://www.redetrilhas.org.br>. Acesso em Jul. 2025.

SALDANHA, Luiz Emerson. **Análise dos padrões de governança de rotas de cicloturismo no Brasil**. 2022. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade

Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: https://www.pet.coppe.ufrj.br/images/documentos/teses/Tese_final_Luiz_Emerson_d_a_Cruz_Saldanha.pdf. Acesso em: Set. 2025.

SANTA CATARINA. Santa Catarina Turismo S.A. (SANTUR). **Agência de Desenvolvimento do Turismo de Santa Catarina**. Florianópolis, SC: Governo do Estado de Santa Catarina, 2022. Disponível em: <https://www.sc.gov.br/idades-prestadoras/santur-santa-catarina-turismo-sa-5222>. Acesso em: Set. 2025.

SEMEIA. **Trilhas de longo curso: dicas**. Conexão Semeia, 14 set. 2022. Disponível em: <https://semeia.org.br/conexao-semeia/fique-por-dentro/trilhas-longo-curso-dicas/>. Acesso em: Out. 2026.

SOUZA, Mariana Alves de. O Caminho de Cora Coralina e o turismo de experiência em Goiás. **Revista Cerrados**, Goiânia, v. 19, n. 1, p. 101-120, 2023.

SOUZA, José Maria dos Santos; CARNEIRO, Vandervilson Alves; SANTOS, Jean Carlos Vieira. **Caminho de Cora Coralina no Cerrado Goiano e suas paisagens geohistóricas, bióticas/abióticas, literárias e turísticas**. Revista Mirante, Anápolis (GO), 2023. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/mirante/article/view/13651>. Acesso em: Out. 2026.

TIES. *The International Ecotourism Society*. **What is ecotourism?** Definição revisada (2015). 2015. Disponível em: https://ecotourism-org.translate.goog/what-is-ecotourism/?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt&_x_tr_pto=tc. Acesso em: Set. 2025.

VALE EUROPEU CATARINENSE. **Circuito cicloturismo**. Vale Europeu Catarinense, s.d. Disponível em: <https://valeeuropeucatarinense.com.br/circuito-cicloturismo/>. Acesso em: 22 Set. 2025.

VALE JÚNIOR, Alcindo Ribeiro do. **O cicloturismo na Estrada Real: experiências e percepções no Caminho Velho**. 2019. 91 f. Monografia (Bacharelado em Turismo) – Universidade Federal de Ouro Preto, Escola de Direito, Turismo e Museologia, Departamento de Turismo, Ouro Preto, 2019. Disponível em: https://monografias.ufop.br/bitstream/35400000/2516/1/MONOGRRAFIA_Cicloturismo_EstradaReal.pdf. Acesso em Ago. 2025.

VIESTEL, Roberto Marin. **O cicloturismo no caminho da fé**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas – Campus Inconfidentes (IFSULDEMINAS). Inconfidentes, MG, Brasil. Disponível em: <https://orcid.org/0000-0003-4026-3043>. Acesso em Ago. 2025.

VIEIRA, Vinícius Pereira. **“Mulher da terra, ao pé da serra, velha menina”**: a literatura de Cora Coralina como ferramenta para educação ambiental nos estudos sobre o Cerrado. 2024. 114 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente, Universidade Evangélica de Goiás (UniEVANGÉLICA), Anápolis, 2024. Disponível em: <http://repositorio.aee.edu.br/bitstream/aee/22879/1/3%20->

[%20Vin%3%adcius%20Pereira%20Vieira%20-%20Disserta%3%a7%c3%a3o%20Final%20do%20Mestrado.pdf](#). Acesso em Dez. 2025.

Sustentabilidade territorial em trilhas de longo curso: revisão integrativa e comparação entre o Caminho de Cora Coralina, o Caminho da Fé e o Circuito Vale Europeu

Territorial Sustainability in Long-Distance Trails: An Integrative Review and Comparative Analysis of the Caminho de Cora Coralina, the Caminho da Fé, and the Vale Europeu Circuit

Rafael Henrique Martins¹, Eliete Maria de Camargos França², Ester Maria Carlos Neves³, Flávia Vanessa Silva Lima Pereira⁴, Iransé Oliveira-Silva⁵

RESUMO

Este artigo analisa a sustentabilidade territorial em três trilhas de longo curso no Brasil por meio de uma revisão integrativa e de uma comparação entre as rotas de referência: o Caminho de Cora Coralina (GO), o Caminho da Fé (SP/MG) e o Circuito Vale Europeu (SC). Parte-se do problema de compreender como a literatura científica e a documentação técnica tratam a sustentabilidade territorial nesses percursos, considerando a articulação entre usos do território, conservação ambiental, valorização sociocultural e dinamização econômica de base local. Metodologicamente, realizou-se revisão integrativa de publicações acadêmicas e literatura cinzenta qualificada no período de 2010 a 2025, seguida de análise de conteúdo e comparação por categorias temáticas. Os achados indicam que, apesar de matrizes simbólicas e contextos territoriais distintos, as três rotas convergem na dependência de condições territoriais específicas, tais como continuidade e conectividade do traçado, infraestrutura mínima de apoio, ordenamento do uso público e reconhecimento das territorialidades locais. Conclui-se que a sustentabilidade territorial em trilhas de longo curso exige integração entre conservação, práticas socioculturais e dinâmicas econômicas localizadas, oferecendo subsídios comparativos para políticas e estratégias de gestão do território em rotas brasileiras.

Palavras-chave: sustentabilidade territorial; trilhas de longo curso; ecoturismo; desenvolvimento local; análise comparativa.

ABSTRACT

This article analyzes territorial sustainability in three long-distance trails in Brazil through an integrative review and a comparative analysis of the reference routes: the Caminho de Cora Coralina (Goiás), the Caminho da Fé (São Paulo/Minas Gerais), and the Circuito Vale Europeu (Santa Catarina). The study is guided by the problem of understanding how the scientific literature and technical documentation address territorial sustainability along these routes, considering the articulation between territorial uses, environmental conservation, sociocultural valorization, and locally based economic dynamization. Methodologically, an integrative review of academic publications and qualified grey literature was conducted for the period 2010 to 2025, followed by content analysis and a category-based thematic comparison. The findings indicate that, despite distinct symbolic matrices and territorial contexts, the three routes converge in their dependence on specific territorial conditions, such as route continuity and connectivity, minimum support infrastructure, the regulation of public use, and recognition of local territorialities. It is concluded that territorial sustainability in long-distance trails requires integration between conservation, sociocultural practices, and localized economic dynamics, offering comparative insights for policies and territorial management strategies in Brazilian routes.

Keywords: territorial sustainability; long-distance trails; ecotourism; local development; comparative analysis.

¹ Mestre UniEVANGÉLICA.

E-mail: martinsadvgo@gmail.com

² Titulação e filiação do autor02.

³ Titulação e filiação do autor03.

⁴ Titulação e filiação do autor04.

⁵ Doutor UniEVANGÉLICA.

1. INTRODUÇÃO

As trilhas de longo curso têm se consolidado no Brasil como práticas territoriais que articulam deslocamento, paisagem e uso público, produzindo efeitos que extrapolam a dimensão recreativa. Como assinala Beni (2019), iniciativas baseadas em turismo de natureza podem contribuir para a diversificação econômica e cultural, desde que compatibilizadas com condições efetivas de ordenamento territorial e de preservação socioambiental. Entre as experiências brasileiras, destacam-se o Caminho de Cora Coralina (GO), o Caminho da Fé (SP/MG) e o Circuito Vale Europeu (SC), rotas que se distinguem por matrizes simbólicas e condições territoriais diversas, mas que, por sua consolidação e visibilidade, permitem examinar elementos comuns e contrastantes da sustentabilidade territorial em trilhas de longo curso.

Nesse contexto, formula-se o problema de pesquisa que orienta o estudo: Como a literatura científica e a documentação técnica tratam a sustentabilidade territorial em trilhas de longo curso no Brasil, à luz da comparação entre o Caminho de Cora Coralina, o Caminho da Fé e o Circuito Vale Europeu? A relevância do trabalho fundamenta-se, de um lado, na necessidade de sistematizar um campo ainda disperso no Brasil, em que estudos e documentos frequentemente tratam essas rotas de maneira segmentada, e, de outro, na pertinência de oferecer uma leitura comparativa que subsidie políticas e estratégias de gestão territorial orientadas à continuidade dos percursos e à compatibilização entre visitação, conservação e dinâmicas locais.

Ao reunir e analisar evidências publicadas entre 2010 e 2025, por meio de revisão integrativa e comparação temática, o artigo tem como objetivo geral analisar como a literatura científica e a documentação técnica tratam a sustentabilidade territorial em trilhas de longo curso no Brasil, tomando como referência o Caminho de Cora Coralina, o Caminho da Fé e o Circuito Vale Europeu. De modo específico, pretende-se (i) sistematizar as abordagens presentes na literatura e na documentação técnica sobre sustentabilidade territorial em trilhas de longo curso; (ii) comparar o Caminho de Cora Coralina, o Caminho da Fé e o Circuito Vale Europeu no que se refere aos usos do território, à conservação ambiental e territorial e à valorização sociocultural; e (iii) identificar convergências e especificidades entre as três rotas quanto às condições territoriais que sustentam a continuidade, a implementação e a manutenção desses percursos.

No âmbito da fundamentação do estudo, apresenta-se o arcabouço conceitual que orienta a análise da sustentabilidade territorial em trilhas de longo curso. O referencial organiza-se para sustentar a leitura comparativa entre o Caminho de Cora Coralina, o Caminho da Fé e o Circuito Vale Europeu, articulando definições, categorias analíticas e dimensões interpretativas mobilizadas na revisão integrativa.

Com base nesse enquadramento, o estudo estrutura-se em três eixos: (a) delimitação conceitual de trilhas de longo curso e de sustentabilidade territorial, com explicitação das categorias temáticas empregadas na análise; (b) caracterização comparativa das três rotas selecionadas, destacando seus contextos territoriais, matrizes simbólicas e formas de inserção socioeconômica no território; e (c) sistematização dos principais condicionantes e tensões apontados na literatura para a sustentabilidade territorial em trilhas de longo curso, retomados e aprofundados de modo analítico na discussão.

Dessa maneira, o artigo busca contribuir para qualificar o debate sobre sustentabilidade territorial em trilhas de longo curso, destacando condições territoriais recorrentes e tensões específicas que afetam a implementação e a manutenção dessas rotas.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, desenvolvido por meio de revisão bibliográfica integrativa, com o objetivo de identificar, reunir e sistematizar evidências científicas e documentais sobre a sustentabilidade territorial em trilhas de longo curso no Brasil, tomando como referência comparativa o Caminho de Cora Coralina (GO), o Caminho da Fé (SP/MG) e o Circuito Vale Europeu (SC).

Os meios de busca foram organizados através de pesquisa de bibliografia acadêmicas indexadas, consultaram-se Google Acadêmico, Portal de Periódicos da CAPES e SciELO, considerando publicações no recorte temporal de 2010 a 2025.

Os critérios de inclusão consideraram: (i) aderência explícita ao tema da sustentabilidade territorial em trilhas de longo curso e presença de conteúdo pertinente às categorias analíticas do estudo; (ii) referência direta a pelo menos uma das rotas selecionadas (Caminho de Cora Coralina, Caminho da Fé e/ou Circuito Vale Europeu) ou contribuição conceitual aplicável à comparação entre elas; (iii) disponibilidade do texto na

íntegra, com autoria e data identificáveis; e (iv) enquadramento no recorte temporal de 2010 a 2025.

Após a triagem inicial, realizada por leitura de títulos e resumos e aplicação dos critérios de elegibilidade, constituiu-se um corpus final composto por publicações científicas e documentos institucionais. Em seguida, o material selecionado foi submetido à análise de conteúdo, organizada por categorias temáticas, a fim de sustentar a comparação entre as três rotas e permitir a identificação de convergências e especificidades nos modos pelos quais a literatura científica e a documentação técnica tratam a sustentabilidade territorial em trilhas de longo curso.

3. RESULTADOS

A análise proposta neste estudo exige a delimitação de dois conceitos operacionais indissociáveis: trilhas de longo curso e sustentabilidade territorial. A delimitação é necessária porque a literatura sobre trilhas mobiliza definições próximas, nem sempre uniformes.

O Instituto Semeia afirma que “As trilhas de longo curso (TLCs) são aquelas que, devido a sua extensão, exigem mais de um dia de caminhada para serem concluídas” (SEMEIA, 2022). Essa definição sublinha que a temporalidade do percurso integra o próprio conceito, pois a realização em múltiplos dias implica pernoite, pontos de apoio e previsibilidade logística.

A pesquisadora Natasha Pereira (2024) explicita um critério de extensão e conectividade ao registrar que: “É denominada Trilha de Longo Curso (*Long-Distance Trail*) aquela que possui mais de 100 km de extensão, cruzando e conectando unidades de conservação de diferentes categorias e esferas de governança” (PEREIRA, 2024, p. 23). Ao enfatizar conectividade e travessia de unidades de conservação, a autora amplia a compreensão do fenômeno: trilhas de longo curso não se definem apenas pela distância, mas também por sua função de integração territorial, frequentemente articulada a políticas e redes de conservação (PEREIRA, 2024).

A normatização brasileira corrobora essa leitura ao distinguir categorias de trilhas e ao reconhecer que a duração do percurso e a exigência de pernoites configuram um critério organizador, pois de acordo com a Portaria Conjunta nº 407/2018, com redação atualizada pela Portaria Conjunta nº 500/2020, estabelece, por exemplo, que “Trilha Local” é “trilha que pode ser percorrida a pé em algumas horas, ou em um dia de caminhada, no máximo” (Brasil, 2018) e que “Trilha de Longo Curso Regional” é “trilha

que demanda pelo menos um pernoite e no máximo vinte e oito dias de caminhada para que seja percorrida em sua totalidade” (BRASIL, 2018).

Ao reconhecer que a totalidade do percurso se estende no tempo e atravessa diferentes contextos, a normatização reforça que trilhas de longo curso demandam continuidade do traçado, manutenção e sinalização consistentes e condições mínimas de apoio. Portanto, as definições acadêmicas e normativas convergem para um mesmo ponto: o deslocamento em trilhas de longo curso não se sustenta sem arranjos territoriais capazes de assegurar conectividade, infraestrutura e gestão de impactos/segurança.

Nessa perspectiva, a sustentabilidade possui: “Relação direta com a forma como a sociedade estrutura seu território, ou seja, são decorrência das territorialidades, o que envolve uma compreensão das relações entre cultura, natureza e história, além das relações entre homem, sociedade e natureza” (FLORES; FALCADE, 2022, p. 194).

Em outras palavras, a forma como o visitante compreende e se orienta no percurso, bem como os sentidos culturais atribuídos à paisagem, constitui parte da própria sustentabilidade territorial, na medida em que influencia condutas, impressões sobre o ambiente e relações com as comunidades locais.

3.1 Trilhas de Longo Curso do Brasil: Entre a Poesia, Fé e a Memória (CCC, CF, CVE)

A comparação entre o Caminho de Cora Coralina (CCC), o Caminho da Fé (CF) e o Circuito Vale Europeu (CVE) justifica-se por se tratarem de percursos brasileiros reconhecidos e frequentemente mobilizados como referências em trilhas de longo curso, ainda que situados em contextos territoriais e simbólicos distintos.

O Caminho de Cora Coralina (CCC), está inserido no bioma Cerrado, com aproximadamente 300 quilômetros de extensão e traçado segmentado em etapas, conectando municípios goianos e articulando paisagens naturais, áreas rurais, núcleos urbanos e trechos em propriedades privadas (GOIÁS TURISMO, 2019; CAMINHO DE CORA CORALINA, 2023; MENDONÇA, 2021).

O CCC foi oficialmente inaugurado em 2017, resulta da articulação entre a Goiás Turismo e a Associação Caminho de Cora Coralina (ACCC), tendo o Programa Experiências na Natureza como importante catalisador para sua consolidação como rota de educação patrimonial e ecoturismo literário (GOIÁS TURISMO, 2019). Sua matriz simbólica distingue-se por valorizar a memória literária e o patrimônio cultural vinculados a

Cora Coralina, convertendo a travessia em experiência que integra paisagem e identidade regional (FREITAS; PASSOS; SANTOS, 2022)

Do ponto de vista socioeconômico, os estudos indicam a ativação de serviços de apoio ao caminhante e ao ciclista, com destaque para hospitalidade, alimentação e produção local, aspecto que se associa ao potencial de dinamização econômica de base territorial, inclusive por meio de iniciativas vinculadas à agricultura familiar e a circuitos de comercialização de produtos artesanais (SOUZA et al., 2023).

Essa combinação entre Cerrado, patrimônio e serviços locais situa o CCC como rota em que a sustentabilidade territorial depende da articulação entre conservação ambiental e organização do uso do território, sobretudo quando o percurso atravessa diferentes regimes de ocupação e propriedade.

O Caminho da Fé (CF), por sua vez, é apresentado na literatura como rota de peregrinação estruturada no início dos anos 2000 e consolidada como um dos itinerários de longa distância mais conhecidos do país, atravessando áreas serranas e paisagens associadas à religiosidade popular (SALDANHA, 2022; VIESTEL, 2024). O CF foi estruturado em 2003, a partir da iniciativa de empreendedores e comunidades religiosas, inspirado em Santiago de Compostela; sua gestão é exercida de forma colaborativa pela Associação dos Amigos do Caminho da Fé (AACF), o que contribuiu para que se tornasse um dos itinerários mais organizados do país, com ampla rede de hospedagem e sinalização padronizada (SALDANHA, 2022).

Sua matriz simbólica organiza-se em torno da espiritualidade e do sentido devocional do deslocamento, no qual caminhar ou pedalar é frequentemente interpretado como prática de peregrinação e experiência subjetiva de esforço, introspecção e pertencimento (VIESTEL, 2024).

Em termos de inserção socioeconômica, a literatura aponta que a rota tende a operar por meio de redes de apoio ao peregrino e de serviços distribuídos ao longo do trajeto, como hospedagens, alimentação e pontos de acolhimento, o que evidencia a presença de uma economia de percurso que se estrutura em torno das demandas geradas pela circulação de visitantes (SALDANHA, 2022; OLIVEIRA; TELLES; OLIVEIRA, 2024).

Nessa rota, portanto, a sustentabilidade territorial está estreitamente associada à manutenção de condições de circulação e apoio em território de relevo acidentado e com forte dimensão cultural e religiosa, no qual a permanência do itinerário se relaciona tanto à atratividade simbólica quanto à capacidade de sustentar, territorialmente, o fluxo de

caminhantes e ciclistas.

Já o Circuito Vale Europeu (CVE) é descrito como experiência consolidada no âmbito do cicloturismo e do turismo rural, situada no Médio Vale do Itajaí, em ambiente associado ao bioma Mata Atlântica e a paisagens de vales, rios e áreas rurais, com forte vocação para deslocamentos autoguiados e atividades turísticas ligadas à ruralidade (DEUS; EDRA, 2023; ROCHA, 2020).

O CVE, criado em 2006, foi concebido como o primeiro roteiro de cicloturismo autoguiado do Brasil, fruto da cooperação entre poder público municipal, associações de turismo e comunidades rurais, transformando-se em referência nacional em turismo sustentável (SALDANHA, 2022; SANTUR, 2022; DEUS; EDRA, 2023). A matriz simbólica do percurso é frequentemente vinculada à memória da imigração e às expressões culturais regionais, evidenciadas em elementos como arquitetura, gastronomia e festividades, o que contribui para conformar uma paisagem cultural produtiva integrada à experiência turística (DEUS; EDRA, 2023; COSTANTIN, 2023).

Quanto à inserção socioeconômica, a literatura sugere que o circuito se estrutura com oferta relativamente ampla de serviços ao cicloturista e ao visitante, articulando hospedagem, alimentação, produtos locais e atrativos culturais, o que favorece a dinamização econômica em escala regional e o fortalecimento de atividades turísticas vinculadas a comunidades e empreendimentos locais (DEUS; EDRA, 2023; ROCHA, 2020).

Nesse caso, a sustentabilidade territorial se associa à capacidade de integrar mobilidade turística, conservação ambiental e valorização cultural em um território no qual o turismo se conecta a práticas econômicas rurais e a identidades regionais. Em vista disso, como assinala Pereira (2024, p. 53), “Estes novos caminhos visam o fortalecimento da cultura local, além de melhorias socioeconômicas, pois aumentam os números de visitantes em diferentes áreas.” Nesse sentido, a leitura conjunta dessas três rotas permite compreender como diferentes matrizes simbólicas a poesia, a fé e a memória étnica estruturam formas particulares de desenvolvimento local e de valorização sociocultural no âmbito das trilhas de longo curso brasileiras.

3.2 Análise Comparativa Das Trilhas

As características históricas, geográficas e culturais das trilhas de longo curso analisadas são sintetizadas na Tabela 1, que organiza, em perspectiva comparativa, os

principais atributos de cada percurso, reunindo informações sobre contexto ambiental, matrizes simbólicas, trajetória de criação e elementos institucionais associados à sua estruturação.

Tabela 1. Síntese comparativa das trilhas de longo curso analisadas.

Rota (UF)	Contexto territorial e ambiental	Matriz cultural e simbólica	Estruturação e coordenação do percurso	Principais referências
CF (SP/MG) 2003	Desenvolve-se na Serra da Mantiqueira, atravessando áreas de transição entre Mata Atlântica e Campos de Altitude, com presença expressiva de nascentes e paisagens serranas.	Fundamenta-se na religiosidade popular e na espiritualidade coletiva, configurando-se como rota de peregrinação, realizada a pé ou por bicicleta, com destino ao Santuário Nacional de Aparecida.	Inspirado no Caminho de Santiago de Compostela, foi organizado por comunidades e empreendedores locais, com ênfase em suporte ao peregrino. A gestão é realizada pela Associação dos Amigos do Caminho da Fé, com modelo de autogestão colaborativa.	Saldanha (2022); Viestel (2024); Oliveira, Telles e Oliveira (2024); Deus e Edra (2023); Costantin (2023).
CCC (GO) 2017 / 2018	Inserido no bioma Cerrado, em território de alta biodiversidade e sensibilidade frente à expansão agropecuária e urbana. Conecta Corumbá de Goiás, Pirenópolis e a Cidade de Goiás, atravessando rios e áreas serranas de relevância histórica.	Articula literatura e memória de Cora Coralina à paisagem e ao patrimônio histórico-cultural, associando poesia e natureza como elementos de identidade regional e de experiência turística.	Estruturado no âmbito do Programa Experiências na Natureza (Goiás Turismo), foi institucionalizado em parceria com a Associação Caminho de Cora Coralina (ACCC), responsável por mobilização social, manutenção e apoio ao percurso.	Freitas; Passos; Santos (2022); Souza et al. (2023); Lima et al. (2025); Saldanha (2022); Costantin (2023).
CVE (SC) 2006	Localiza-se no Médio Vale do Itajaí, em área de Mata Atlântica com vales, rios e florestas secundárias, apresentando vocação consolidada para cicloturismo e turismo de natureza.	Vincula-se à memória da imigração alemã e italiana, evidenciada em arquitetura enxaimel, gastronomia e festividades, constituindo paisagem cultural associada ao empreendedorismo local.	Concebido como circuito autoguiado pioneiro no cicloturismo brasileiro, resultou de articulação entre poder público municipal, conselhos regionais e organizações comunitárias, consolidando-se como referência nacional de estruturação turística regional.	Saldanha (2022); Deus e Edra (2023); Rocha (2020); Costantin (2023).

Fonte: Elaboração própria (2025).

Analisando os achados na literatura, sintetizados na Tabela 1, as três experiências analisadas convertem biomas e contextos regionais específicos em paisagens de identidade. O CCC, implantado no Cerrado goiano, articula poesia, memória e conservação ambiental, tomando a literatura e a paisagem como dimensões de pertencimento e de reconhecimento territorial (FREITAS et al., 2022; SOUZA et al., 2023). Inserido na Serra da Mantiqueira, o CF, vincula-se de modo direto à religiosidade popular, conformando um itinerário de peregrinação inspirado no Caminho de Santiago de Compostela e voltado à vivência devocional e introspectiva (VIESTEL, 2024; SALDANHA,

2022).

Por sua vez, o CVE, localizado no Médio Vale do Itajaí, em Santa Catarina, consolidou-se como percurso de cicloturismo e turismo rural, que preserva a herança cultural dos imigrantes alemães e italianos e associa o deslocamento turístico à afirmação da identidade étnica e à sustentabilidade produtiva (ROCHA, 2020).

As especificidades ambientais e geográficas de cada itinerário influenciam diretamente as estratégias de sustentabilidade implementadas. No Cerrado goiano, o CCC enfrenta pressões relativas à expansão agropecuária e urbana, o que reforça a necessidade de fortalecer práticas de turismo de base comunitária, agricultura familiar e conservação de paisagens campestres (DEUS; EDRA, 2023). Na Serra da Mantiqueira, o CF busca equilibrar o fluxo do turismo religioso com a preservação das paisagens montanhosas, situando-se em faixa de transição entre a Mata Atlântica e os Campos de Altitude. O CVE, por sua vez, combina esforços de recuperação florestal e proteção de recursos hídricos com iniciativas de economia criativa e de agroecologia (SC TURISMO, 2022).

Do ponto de vista sociocultural, as três trilhas configuram formas distintas de construção simbólica do território, expressando modos variados de interação entre natureza e identidade. O CCC mobiliza fortemente o imaginário poético e feminino, convertendo a obra da escritora Cora Coralina, em experiência estética e formativa. O CF ressignifica a peregrinação como exercício de espiritualidade, autoconhecimento e convivência solidária, tornando-se espaço de encontro, partilha e introspecção coletiva. E, o CVE, por sua vez, reafirma a memória dos imigrantes e o patrimônio cultural do Médio Vale do Itajaí, transformando saberes, festas, arquitetura, culinária e paisagens em atrativos turísticos (CONSTANTIN, 2023).

A partir dessa análise, torna-se possível afirmar que o país vem construindo, nas últimas décadas, um movimento de reaproximação entre território, cultura e experiência humana. As trilhas de longo curso, aqui pesquisadas, corporificam linguagens distintas do pertencimento a poesia, a fé, a memória que se articulam na produção de sentidos sobre o lugar e o caminhar.

4. DISCUSSÃO

A literatura e os documentos técnicos analisados indicam que a sustentabilidade territorial em trilhas de longo curso não se explica por um único fator, mas por um

conjunto de condições que se materializam no território e condicionam a continuidade do percurso ao longo do tempo.

4.1 Usos do Território: Acesso e Circulação

No âmbito dos usos do território, a literatura converge em apontar que trilhas de longo curso dependem de condições de circulação e continuidade que não se resolvem apenas por atratividade paisagística ou simbólica, mas por fatores territoriais concretos, como acesso seguro, qualidade das vias, orientação do usuário e previsibilidade do deslocamento. Os achados de Mendonça (2017) são particularmente úteis para evidenciar que, do ponto de vista do usuário, as condições de circulação e segurança integram o próprio planejamento do deslocamento:

Os fatores de maior importância para os respondentes relacionados ao planejamento de uma ciclovagem são cenários e paisagens, atrativos naturais e culturais, segurança pública, segurança das estradas, existência de áreas naturais protegidas e receptividade da população local (MENDONÇA, 2017, p. 81).

O destaque para segurança pública e segurança das estradas reforça que o uso do território não é neutro: ele envolve risco, infraestrutura e condições sociais de circulação. Nessa mesma direção, Mendonça observa que “causa um certo estranhamento o fato da variável ‘estrutura cicloviária’ não estar entre os itens considerados de maior importância”, interpretando tal resultado como reflexo “da carência de infraestrutura cicloviária de um modo geral no Brasil e [à] experiência dos cicloturistas respondentes, que já estariam acostumados a esse cenário” (MENDONÇA, 2017, p. 81).

Deste modo, a discussão também evidencia que a continuidade do traçado depende de planejamento territorial que considere acessos, vias e sinalização, sobretudo quando o percurso cruza áreas com diferentes regimes de uso. Costantin (2023), ao tratar da demarcação de rotas no entorno do Distrito Federal e do entorno goiano, destaca que:

A demarcação do Caminho Missão Cruls surge da necessidade de integração de roteiros nacionais com o intuito de fomentar economicamente as regiões sul e sudoeste do Distrito Federal, com foco nas cidades goianas do entorno, que apresentam infraestrutura turística adequada (COSTANTIN, 2023, p. 31).

Assim, a sustentabilidade territorial, na categoria “usos do território”, se expressa na

capacidade de manter trajetos contínuos, utilizáveis e reconhecidos ao longo do tempo, especialmente em cenários de heterogeneidade espacial e de presença de áreas privadas.

Na dimensão da conservação ambiental, a literatura indica que a expansão do uso público em trilhas e áreas naturais tende a intensificar pressões sobre ecossistemas, tornando imprescindível o manejo de impactos e a compatibilização entre visitação e proteção ambiental. Nessa perspectiva, a sustentabilidade territorial não pode ser compreendida apenas como “preservação” em sentido abstrato, mas como capacidade prática de reduzir danos, ordenar fluxos e estabelecer rotinas que tornem a visitação compatível com a conservação, sobretudo em territórios ambientalmente sensíveis.

Rocha (2020) aprofunda esse debate ao discutir a oferta de serviços e a visitação em unidades de conservação, enfatizando que lacunas de infraestrutura e manejo geram riscos diretos aos ecossistemas e à segurança: “a falta de infraestrutura de apoio e manejo correto da visitação trazem prejuízos para os ecossistemas, bem como ameaçam a segurança dos turistas” (ROCHA, 2020, p. 1).

A formulação é central para trilhas de longo curso porque evidencia que a conservação depende de condições concretas de ordenamento da visitação e de estrutura mínima de apoio, sob pena de impactos cumulativos ao longo do traçado. Em vista disso, a conservação ambiental não se sustenta apenas por declarações de intenção: ela depende de mecanismos capazes de produzir efeitos territoriais concretos, como manutenção, monitoramento e ações de mitigação.

4.2 Valorização Sociocultural: Patrimônio, Identidade e Memória

Na dimensão sociocultural, a literatura indica que trilhas de longo curso não se reduzem a infraestruturas de deslocamento, pois também operam como arranjos territoriais de significação, nos quais patrimônio, identidade e memória integram a própria experiência da travessia.

Em termos de sustentabilidade territorial, essa dimensão torna-se relevante porque a permanência do percurso não depende apenas de condições materiais de circulação, mas também do modo como o itinerário se enraíza em territorialidades locais e se legitima socialmente como prática de uso público do território (MENDONÇA, 2021).

A comparação das três rotas evidencia que tais sentidos são mobilizados por matrizes simbólicas distintas, que articulam de maneira diferenciada memória e território.

No Caminho de Cora Coralina, a literatura descreve a centralidade da paisagem cultural e patrimonial vinculada à memória coraliniana, em uma travessia que aproxima o usuário de referências históricas e culturais do território goiano, convertendo o deslocamento em experiência atravessada por memória e pertencimento (SOUZA et al., 2023).

No Caminho da Fé, por sua vez, os estudos ressaltam que a peregrinação e a religiosidade popular estruturam os sentidos do percurso, de modo que caminhar ou pedalar é interpretado como experiência marcada por devoção (SALDANHA, 2022; VIESTEL, 2024). Já no Circuito Vale Europeu, a literatura destaca a presença de referências identitárias associadas à ruralidade e ao patrimônio cultural regional, compondo uma paisagem cultural que se integra ao turismo e ao cicloturismo (DEUS; EDRA, 2023; COSTANTIN, 2023).

Embora essas matrizes simbólicas sejam distintas, o ponto de convergência para a sustentabilidade territorial é que os sentidos atribuídos ao percurso funcionam como elemento de sustentação territorial: rotas de longa distância tendem a manter-se viáveis quando o traçado, seus marcos simbólicos e as práticas sociais que o acompanham permanecem reconhecíveis e legitimados no território (FLORES; FALCADE, 2022). Assim, na chave da sustentabilidade territorial, a valorização sociocultural expressa a capacidade do percurso de manter continuidade de sentidos com o lugar, evitando o esvaziamento simbólico do território e favorecendo a permanência itinerário como bem territorial.

4.3 Dinamização Econômica de Base Local: Serviços e Hospitalidade

A literatura converge em apontar que trilhas de longo curso produzem efeitos econômicos localizados, ativando serviços, redes de hospitalidade e circuitos de produção e consumo distribuídos ao longo do percurso. Essa dimensão é central para a sustentabilidade territorial porque a viabilidade de rotas extensas depende, em grande parte, de infraestrutura de apoio e de serviços que sustentem o deslocamento.

Nessa direção, Vale Júnior (2019) destaca que a infraestrutura não é elemento secundário na constituição do produto turístico, mas parte de sua composição: “o produto turístico é a soma dos atrativos [...] mais a infraestrutura de apoio ao turismo” (VALE JÚNIOR, 2019, p. 71).

Essa formulação permite compreender por que trilhas de longo curso demandam serviços contínuos no território: sem hospedagem, alimentação, pontos de apoio e

condições mínimas de circulação, a rota tende a perder funcionalidade e atratividade, o que afeta sua continuidade territorial. O autor também sistematiza efeitos socioeconômicos associados a rotas bem estruturadas:

Diversificação da economia regional e incremento do mercado com a criação de micro e pequenos negócios [...] geração de empregos e demanda pela qualificação profissional [...] fixação da população no local e fortalecimento de vínculos comunitários, evitando o êxodo rural [...] valorização da herança cultural, material e imaterial [...] intercâmbio cultural entre moradores e visitantes [...] conservação do patrimônio histórico e da biodiversidade [...] e aumento da consciência da população local e dos turistas sobre a necessidade de proteção do meio ambiente (VALE JÚNIOR, 2019, p. 25).

Embora o autor articule múltiplas dimensões a dinamização econômica de base local tende a operar por meio de micro e pequenos negócios, serviços ao visitante e fortalecimento de vínculos comunitários, elementos que, quando territorialmente distribuídos, aumentam a resiliência do percurso.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final desse percurso analítico, concluímos que a sustentabilidade territorial, nesses itinerários, é compreendida menos como um atributo abstrato e mais como um conjunto de condições concretas que sustentam a permanência do traçado no tempo, especialmente no que se refere à continuidade e conectividade do percurso, à infraestrutura mínima de apoio, ao ordenamento da circulação e ao reconhecimento de territorialidades locais.

A comparação entre as três rotas evidenciou que, embora apresentem matrizes simbólicas e contextos ambientais distintos, elas convergem na dependência de arranjos territoriais capazes de compatibilizar circulação de visitantes, conservação de ecossistemas e dinâmicas socioculturais e econômicas localizadas.

No caso do Caminho de Cora Coralina, destacam-se a centralidade do patrimônio cultural associado à memória coraliniana e as especificidades do Cerrado como contexto territorial sensível, ao mesmo tempo em que se acentuam tensões recorrentes na literatura quanto à travessia de áreas privadas, ao manejo de impactos e à distribuição territorial de benefícios ao longo do percurso. Em contraste, o Caminho da Fé evidencia uma estrutura de serviços fortemente ancorada na peregrinação e na hospitalidade, enquanto o Circuito Vale Europeu se apresenta como experiência regionalizada com

inserção consolidada no cicloturismo e no turismo rural, marcada por patrimônio cultural e organização de serviços em escala territorial mais integrada.

Por fim, conclui-se que o fortalecimento de trilhas de longo curso como iniciativas territorialmente sustentáveis demanda ações orientadas à permanência do percurso e à compatibilização entre visitação e território, incluindo a qualificação de infraestrutura sem descaracterizar as territorialidades atravessadas, a produção de rotinas de acompanhamento de impactos, a melhoria de mecanismos de articulação entre atores locais e a redução de assimetrias entre trechos quanto a serviços e benefícios.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Portaria Conjunta nº 407, de 19 de outubro de 2018**. Institui a Rede Nacional de Trilhas de Longo Curso e Conectividade (RedeTrilhas). Acesso em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade-e-biomas/gestao-integrada-de-paisagem/rede-trilhas>. Ago. 2025.

BRASIL. **Portaria Conjunta nº 500, de 15 de setembro de 2020**. Define critérios previstos no art. 3º da Portaria Conjunta nº 407/2018 (RedeTrilhas). Disponível em: (página web). Acesso em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-publicacoes/atos-normativos-2/2020/portaria-conjunta-no-500-de-15-de-setembro-de-2020>. Acesso em: Ago. 2025.

CAMINHO DE CORA CORALINA. **História**. [S. l.]: Associação Caminho de Cora Coralina, 2025. Disponível em: <https://caminhodecoracoralina.com.br/historia/>. Acesso em Jun. de 2025.

COSTANTIN, Thaís. **Cicloturismo no Caminho Missão Cruls: análise e propostas**. 2023. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2023. Disponível em: <https://repositorio.pgsscogna.com.br/handle/123456789/67373>. Acesso em: Nov. 2025.

DEUS, Fernanda Monteiro Lobão De; EDRA, Fátima Priscila Morela. **Cenário do cicloturismo brasileiro: publicações, divulgações e roteiros**. **PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review**, 2023. DOI: 10.5585/podium.v12i2.21774. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/podium/article/view/e21744>. Acesso em Ago. 2025.

FLORES, Shana Sabbado; FALCADE, Ivanira. **Sustentabilidade territorial e indicações geográficas: uma proposta de fatores para avaliação de oportunidades e barreiras nas IGs**. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 2022. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/6146/1215>. Acesso em: Ago. 2025.

FREITAS, Luciana Menezes de; SANTOS, Patrícia Martins dos; PASSOS, Lisandra Lavoura Carvalho. **Notas históricas sobre o Caminho de Cora Coralina: entre patrimônio,**

turismo e paisagem cultural. **Caderno de Pesquisa**, v. 227, n. 8, p. 382-389, jan./jun. 2022. Disponível em: <https://revistanotashistoricasygeograficas.cl/carga/wp-content/uploads/2021/11/20-Freitas-et-al-Notas-Historicas-Enero-Junio-2022.pdf>. Acesso em Ago. 2025.

GOIÁS TURISMO. **Inventário Turístico do Caminho de Cora Coralina**. Goiânia: Agência Estadual de Turismo de Goiás, 2019. Disponível em: <https://www.goiasturismo.go.gov.br>. Acesso Ago. 2025.

MENDONÇA, Diego Pinto de. **Caminho de Cora Coralina em Goiás: significados, usos e relações sociais**. 2021. 166 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Câmpus Cora Coralina, Universidade Estadual de Goiás, Goiás, GO, 2021. Disponível em: <https://www.btdtd.ueg.br/handle/tede/811>. Acesso em Ago. 2025.

OLIVEIRA, Ana Paula; SILVA, José Carlos. **Governança e participação social em unidades de conservação: estudo de caso em trilhas ecológicas**. Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 45-63, 2019.

PEREIRA, Natasha Sophie. **Inovação tecnológica no Caminho de Cora Coralina: digitalização do passaporte para impulsionar o turismo sustentável, histórico e ecológico**. 2024. 194 f. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais) – Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente, Universidade Evangélica de Goiás, Anápolis, 2024. Disponível em: <http://repositorio.aee.edu.br/bitstream/aee/23182/1/12%20%20-%20Natasha%20Sophie%20Pereira%20%20-%20TESE%20Final%20de%20Doutorado.pdf>. Acesso em Set. 2025.

PASSOS, Lisandra Lavoura Carvalho. **O caminho de Cora Coralina**. IFG Faz Ciência, Reportagem 5. Goiânia: Instituto Federal de Goiás (IFG), 2024. Disponível em: [https://www.fjf.edu.br/attachments/article/40564/IFG_Faz_C%3A%20Ancia-O-Caminho-de-Cora-Coralina_Download_compressed%20\(201\).pdf](https://www.fjf.edu.br/attachments/article/40564/IFG_Faz_C%3A%20Ancia-O-Caminho-de-Cora-Coralina_Download_compressed%20(201).pdf). Acesso em Jul. 2025.

ROCHA, Geórgia Vitória Vieira. **Panorama da concessão de serviços de uso público à iniciativa privada em Parques Nacionais**. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/8723>. Acesso em Jul. 2025.

SALDANHA, Luiz Emerson. **Análise dos padrões de governança de rotas de cicloturismo no Brasil**. 2022. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: https://www.pet.coppe.ufrj.br/images/documentos/teses/Tese_final_Luiz_Emerson_da_Cruz_Saldanha.pdf. Acesso em: Set. 2025.

SEMEIA. **Trilhas de longo curso: dicas**. Conexão Semeia, 14 set. 2022. Disponível em: <https://semeia.org.br/conexao-semeia/fique-por-dentro/trilhas-longo-curso-dicas/>. Acesso em: 22 jan. 2026.

SOUZA, Mariana Alves de. O Caminho de Cora Coralina e o turismo de experiência em Goiás. **Revista Cerrados**, Goiânia, v. 19, n. 1, p. 101-120, 2023.

VALE JÚNIOR, Alcindo Ribeiro do. **O cicloturismo na Estrada Real: experiências e percepções no Caminho Velho**. 2019. 91 f. Monografia (Bacharelado em Turismo) – Universidade Federal de Ouro Preto, Escola de Direito, Turismo e Museologia, Departamento de Turismo, Ouro Preto, 2019. Disponível em: https://monografias.ufop.br/bitstream/35400000/2516/1/MONOGRAFIA_CicloturismoEstradaReal.pdf. Acesso em Ago. 2025.

VIESTEL, Roberto Marin. **O cicloturismo no caminho da fé**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas – Campus Inconfidentes (IFSULDEMINAS). Inconfidentes, MG, Brasil. Disponível em: <https://orcid.org/0000-0003-4026-3043>. Acesso em Ago. 2025.